



Vendas do varejo crescem 3,8% em janeiro, recorde para o mês

Valorização do mínimo será encaminhada em breve ao Congresso

Página 3

Ministra destaca volta do país ao protagonismo de políticas ambientais

Página 12

Polícia Federal deflagra operação contra fraudes no sistema do Fies

A Polícia Federal (PF), em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), deflagrou na quarta-feira (11) a Operação Falsa Tutela. A ação apura fraudes praticadas entre 2017 e 2021 por meio de recompras indevidas de títulos públicos oriundos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

De acordo com a corporação, 77 policiais federais cumprem 20 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e em sete estados: Goiás, Mato Grosso, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Também foi expedida ordem e bloqueio de bens no valor de R\$ 21.282.729,85.

As investigações identificaram a participação de ex-servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que, em contrapartida ao recebimento de vantagens indevidas, procediam com o cadastramento de liminares falsas em favor de instituições de ensino superior que não possuíam certidão negativa de débitos ou ordens judiciais que lhes permitissem a recompra dos títulos.

“Além do cadastramento indevido de liminares, também foram identificadas inconsistências quanto ao cadastramento extemporâneo de financiamentos com fins a beneficiar estudantes de modo individual. Em um dos casos, uma empregada terceirizada do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) alterou, de modo indevido, o seu próprio processo de financiamento e o de seu companheiro”.

De acordo com a PF, também há indícios de atuação de membros de escritórios especializados em direito educacional. Os advogados, representantes de mantenedoras beneficiadas pelas fraudes, atuavam junto aos servidores do FNDE para possibilitar a reativação ou liberação indevida de processos de recompra de certificados do Tesouro Nacional.

“Até o momento, já foi identificado o envolvimento de pelo menos 20 faculdades localizadas em diferentes unidades da federação”, confirmou a corporação. (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	4,94
Venda:	4,94
Turismo	
Compra:	5,05
Venda:	5,14
EURO	
Compra:	5,42
Venda:	5,43

Prefeitura diz que tombamento não impede concessão do Ibirapuera



Foto/Rovena Rosa/ABR

Página 2

Esporte

Kartismo: AKSP homenageia 90 anos do Jornal O Dia nesta quinta-feira

O campeonato AKSP entra na segunda metade do seu primeiro turno, realizando nesta quinta-feira (13) o GP Jornal O Dia 90 anos, no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), a partir das 20 horas. A rodada que marca a quarta de 11 etapas homenageará um dos mais antigos jornais diários de São Paulo, e que foi o primeiro apoiador deste certame de kart amador.

“Conheço os proprietários, diretores e jornalistas do Jornal O Dia SP desde o início dos anos 80, e eles sempre foram admiradores e apoiadores dos esportes a motor. Página 6



Foto/ Emerson Santos

Provas sempre muito disputas na AKSP

IMSA: Pipo Derani chega motivado para disputa em Long Beach



Foto/ Brian Cleary

Etapa será a primeira corrida sprint do ano

Um mês após conquistar pela quarta vez as 12 Horas de Sebring, o brasileiro Pipo Derani volta às pistas para a disputa

da terceira etapa da temporada 2023 do IMSA WeatherTech SportsCar Championship neste sábado (15).

Líder do campeonato, o piloto de 29 anos estará ao lado do companheiro Alexander Sims no estreito traçado nas ruas de Long Beach, na Califórnia (EUA). Em 2021, Derani venceu a prova de ponta a ponta, na época dividindo o carro com Felipe Nasr.

O brasileiro está animado para voltar a guiar o #31 Whelen Engineering Cadillac V-Series, da equipe Action Express. “Estou ansioso para voltar a Long Beach. Página 6

SP investe R\$ 356 mi em obras para atender 7,5 mil famílias de baixa renda

Página 2

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, defendeu a ampliação do comércio entre o Brasil e os países da América Latina, pois apenas 26% das transações são intrarregionais. “No mundo, embora globalizado, o comércio é tremendamente intrarregional”, disse, na

quarta-feira (12), na abertura de evento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, em Brasília.

Segundo ele, o comércio de Estados Unidos, Canadá e México é 50% entre eles. Na União Europeia e na Ásia, esses números sobem para 60% e 70%. Página 12

Copa Shell Hyundai HB20 atualiza calendário

A Copa Shell Hyundai HB20 inicia a quinta temporada de sua história no final de semana dos dias 29 e 30 de abril no Autódromo Internacional José Carlos Pace, em Interlagos, zona sul de São Paulo. A categoria monomarca de maior grid do país mantém seu formato de oito etapas no campeonato de

2023 e promove nas pistas a estreia do Novo Hyundai HB20 na categoria. O carro vem com atualizações estéticas e também técnicas, a principal delas sendo o câmbio com acionamento de troca de marchas por meio do paddleshift – as pequenas alavancas posicionadas atrás do volante. Página 6

Stock Car anuncia etapa em Buenos Aires e vinda da argentina TC2000 ao Brasil



Foto/ Fernanda Freixosa

Autódromo de Tarumã, em Viamão (RS) é um dos mais tradicionais do Brasil

Promotora das principais categorias do automobilismo brasileiro, a Vicar anunciou na quarta-feira (12) os locais de etapas que restava definir no calendário da Stock Car Pro Series, incluindo notícias muito aguardadas pelos fãs do esporte a motor. Três delas em especial chamam a atenção: a realização de uma etapa da Stock Car em Buenos

Aires, o aguardado retorno da categoria ao local de sua primeira corrida, em Tarumã (RS), e a vinda ao país da TC2000, campeonato argentino similar à Stock Car brasileira, em 2024. No país vizinho, a Stock competirá no mesmo dia dos 200km de Buenos Aires, prova icônica do automobilismo argentino. Página 6

Prefeitura diz que tombamento não impede concessão do Ibirapuera

Governador reforça expectativa de investimentos e geração de empregos com parcerias

O governador Tarcísio de Freitas participou na quarta-feira (12) da abertura da Feira 2023, na capital paulista. Em sua fala, o governador reforçou o impacto positivo que novos investimentos em infraestrutura trarão para o Estado de São Paulo, com oferta de serviços à população e a geração de empregos.

“Infraestrutura gera emprego e vamos fazer muito investimento no setor nos próximos anos. São Paulo merece isso e vamos transformar o Estado em um canteiro de obras”, afirmou Tarcísio de Freitas.

Um dos destaques citados pelo governador foram os 15 projetos enquadrados no Pro-

grama de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). A expectativa é que os empreendimentos proporcionem até R\$ 180 bilhões em investimentos.

O PPI-SP tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

A atuação da iniciativa será baseada na sustentabilidade dos projetos, na segurança jurídica, na estabilidade das normas e observação, além das melhores práticas nacionais e internacionais. Esses pilares vão nortear a relação entre o Estado de São Paulo e as empresas parceiras.

A abertura do processo de tombamento do Complexo Esportivo do Ibirapuera, na zona sul da capital paulista, não impede a concessão dos equipamentos à iniciativa privada. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, a exigência é que sejam “respeitadas as regras de preservação”.

Na segunda-feira (10), o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade abriu o processo de tombamento do Complexo Esportivo Constandio Vaz Guimarães. Estão sob análise, para reconhecimento como patrimônio histórico e cultural, os dois ginásios, o estádio e o conjunto aquático que compõem o complexo construído na década de 50.

O Departamento de Patrimônio Histórico fará, agora, estudos para avaliar se concede o

tombamento ou arquiva a solicitação. Durante esse período, qualquer proposta de intervenção no local deve ser aprovada pelo órgão municipal.

Arena e hotel

Em 2020, o governo do estado, então comandado por João Doria, apresentou proposta de concessão do complexo. O projeto previa grande remodelagem dos equipamentos, para abrigar uma arena multiuso, áreas comerciais e até um hotel. O governo chegou a levar para debate na Câmara Municipal um projeto para permitir as intervenções propostas na área de 91,8 mil metros quadrados, ao lado do Parque Ibirapuera.

Iphan

No entanto, em novembro de 2021, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Iphan) concedeu o tombamento provisório do complexo. Assim, as intervenções no local passaram a necessitar de autorização do órgão federal. O governo do estado chegou a contestar a medida no próprio Iphan, porém o tombamento foi mantido.

Valor histórico

À época, um grupo de professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) chegou a lançar uma carta pública em defesa do complexo. O texto destaca a importância do Ginásio do Ibirapuera, um dos equipamentos do sistema. Segundo os signatários, o “edifício deve ser protegido por questões estilísticas e construtivas, mas também pela sua importância dentro da arquitetura moderna brasileira e da modernização do esporte e da

cultura da cidade em meados do século 20”.

De acordo com os pesquisadores, a construção do ginásio marca um momento importante na capital quando, a partir da década de 30, passaram a ser construídos diversos espaços para lazer e prática esportiva. O grupo coloca o ginásio no mesmo contexto da construção do Estádio do Pacaembu, que apesar de tombado, acabou concedido à iniciativa privada em 2021.

A carta lembra ainda que o arquiteto do ginásio foi Ícaro de Castro Mello, atleta recordista sul-americano de salto em altura e salto com vara, membro da equipe brasileira de atletismo nas Olimpíadas de Berlim, em 1936.

Na década de 60, o complexo recebeu um conjunto aquático, de autoria do arquiteto Nestor Lindenberg. (Agência Brasil)

SP investe R\$ 356 mi em obras para atender 7,5 mil famílias de baixa renda

Uma das principais prioridades do Governo de SP nos primeiros 100 dias de administração foi o setor de habitação. Nesse período, o foco se voltou para a entrega de moradias e de títulos de regularização fundiária e a concessão de cartas de financiamento habitacional e subsídios para a aquisição da casa própria em várias regiões do Estado.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) também iniciou novas obras para atender 7,5 mil famílias de baixa renda. Serão investidos R\$ 356,6 milhões na construção de novas moradias, obras de urbanização ou recuperação de domicílios inadequados em 44 regiões do Estado.

Além disso, o Programa Viver Melhor está recuperando 11,5 mil domicílios em situação de inadequação habitacional, localizados em assentamentos precários. Atualmente, o projeto atua em 55 núcleos urbanos de 37 municípios.

O Governo de SP também atuou no auxílio a quem perdeu sua casa por conta das fortes

chuvas e consequentes deslizamentos que atingiram o Litoral Norte durante o Carnaval. Em São Sebastião, cidade mais atingida pelos temporais, a CDHU já iniciou os trabalhos para a construção de 704 unidades habitacionais (UHs) definitivas para atender famílias.

No bairro Baleia Verde, serão construídas 518 novas moradias definitivas. Outras 186 unidades serão implantadas em Maresias. A previsão é que as todas as residências sejam entregues aos moradores em até 150 dias após o início das obras.

Além disso, também foi dada a largada para a construção de 72 das 144 casas das Vilas de Passagem, que vão receber famílias temporariamente. As obras já foram iniciadas e deverão ser finalizadas em até 30 dias, no início do mês de maio. O investimento em obras e nos conjuntos habitacionais será de R\$ 210 milhões.

A CDHU também intermediou a disponibilização de 300 apartamentos junto à entidade Frente Paulista de Habitação Popular do Estado de São Pau-

lo. As unidades do Condomínio Quaresmeira, em Bertoga, foram cedidas, pelo período de oito meses, às famílias afetadas. Até o momento, já foram transferidas 714 pessoas para 246 apartamentos do residencial.

Nestes 100 dias, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) concluiu mais de 3 mil moradias, que vão beneficiar 13 mil pessoas. Até agora, 1.222 unidades já foram entregues em 21 municípios paulistas. Outras 1.195 UHs em 18 cidades serão disponibilizadas aos beneficiários nas próximas semanas.

A SDUH também estimulou a produção habitacional, por meio da iniciativa privada, que deve atender 11,9 mil famílias por meio do programa Casa Paulista, com dois tipos de acesso ao financiamento.

Foi autorizado pelo Governo de SP, em março, o aporte de R\$ 106,8 milhões para viabilizar a construção de mais de 8,7 mil moradias em 30 cidades paulistas por meio da modalidade Carta de Crédito Individual. Os recursos serão dis-

ponibilizados na forma de subsídio para que famílias com até três salários-mínimos possam adquirir a casa própria.

Além disso, outras 3.228 pessoas assinaram contratos ou receberam as escrituras de financiamentos de imóveis na planta pelo Casa Paulista – Carta de Crédito Associativo (CCA). Nesta modalidade, o financiamento atende famílias com renda mensal de até cinco salários-mínimos.

Com o objetivo de ampliar e dinamizar a regularização fundiária no Estado, mais de 48,4 mil domicílios foram regularizados pelo Governo de SP em 169 municípios. Desse total, 42 mil títulos já foram emitidos. Outros 6 mil estão em fase final de regularização, já nos cartórios.

Além disso, por meio do Programa Especial de Melhorias (PEM), está levando melhorias para conjuntos habitacionais já entregues, juntamente com Prefeituras. A parceria resultou na conclusão de 18 obras de infraestrutura em 17 municípios.

Mais de 30 mil novas empresas foram abertas no Estado de São Paulo no mês de março

O mês de março registrou um número recorde de empresas abertas no Estado de São Paulo. Foram mais de 30 mil novos registros de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). É o melhor desempenho para o mês desde o início da série histórica, em 1998. Os dados são da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

A marca alcançada é atribuída a um conjunto de ações desenvolvidas pelo Governo

do Estado de São Paulo. “A Jucesp tem buscado digitalizar os serviços a fim de desburocratizar os processos e dar celeridade às novas constituições de CNPJs. Processos que levavam de quatro a cinco dias para serem concluídos chegam a ser finalizados, hoje, em até 24 horas”, explica o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

Ao todo, foram 30.023 novas empresas abertas em todo o estado de São Paulo. Outras 12.154 foram fechadas. Dessa maneira, o saldo ficou positivo

em 17.869 CNPJs. Das empresas constituídas no estado, 89,76% são do tipo Limitada, 8,57%; Empresário Individual, 1,4%; S/A; e 0,27%, Consórcio.

A capital também registrou número recorde, com mais de 13 mil CNPJs constituídos. Foram 13.295 constituições e 4.387 baixas, gerando saldo de 8.908 – também o melhor da série histórica. Das abertas na capital, 88,86% são Limitada; 10,13%, Empresário Individual; 0,80%, S/A; 0,18%, Consórcio; e 0,02% são do tipo Cooperativa.

Por atividades econômicas,

os setores que mais registraram processos de constituições em março no Estado, foram: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (25,62%), atividades administrativas e serviços complementares (12,82%) e atividades profissionais, científicas e técnicas (12,20%). No município foram: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (23,45%), atividades administrativas e serviços complementares (14,54%) e atividades profissionais, científicas e técnicas (13,90%).

Prefeitura incorpora novos equipamentos para combate à dengue na capital

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), adquiriu 20 mil armadilhas de autodisseminação de larvicidas, desenvolvidas para combater o mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, que começaram a ser instaladas nesta quarta-feira (12). O prefeito Ricardo Nunes acompanhou a instalação de algumas armadilhas no Jardim Ângela, Zona Sul da capital, na manhã de quarta-feira (12).

Segundo o prefeito Ricardo Nunes, a tecnologia é americana e a capital está investindo R\$ 8,9 milhões na ação, que deve durar 12 meses. “Teremos 20 mil armadilhas dessas na cidade. É uma tecnologia que já é utilizada em mais de 40 países. A Vigilância Sanitária testou o produto e essa metodologia por dois anos e, uma vez aprovada, nós estamos fazendo a instalação”, disse. “Os agentes de saúde farão o monitoramento por um software e visitam as residências que estão

com as armadilhas de 30 em 30 dias para monitorar e repor o produto”, completou.

Com tecnologia e recursos inovadores, o equipamento é uma nova estratégia que se somará às demais do Plano Municipal de Enfrentamento da Dengue e Demais Arbovírus, como os equipamentos de nebulização veicular, visitas casa a casa, entre outras atividades específicas.

As instalações das armadilhas serão feitas pelas equipes das Unidades de Vigilância em Saúde (Uvis), da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa), que participaram de uma capacitação em 16 de fevereiro e um treinamento prático nos dias 23 e 24 de março.

Inicialmente, os novos equipamentos serão instalados em distritos específicos da cidade com histórico de maior incidência de casos de dengue e distribuídos nas seis Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs),

como Brasilândia, Jardim Ângela, Raposo Tavares, Sacomã, Itaquera e Santa Cecília. Na região do Jardim Ângela, cerca de 100 agentes estão atuando nesta quarta-feira (12) para a implantação das armadilhas.

Os equipamentos serão montados para que as fêmeas do Aedes aegypti (responsáveis pela disseminação da doença), após contato com o larvicida das armadilhas, distribuam o produto em seus criadouros a fim de eliminar o mosquito ainda em estado larval, não permitindo que ele se desenvolva para sua fase adulta. O larvicida utilizado nas armadilhas não afeta a saúde humana nem dos animais domésticos e tem liberação da Organização Mundial da Saúde (OMS), além de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“A Prefeitura de São Paulo tem investido em todos os bairros, tanto com a nebulização de inseticida como caso a caso, mas são mais as características

dos próprios imóveis que fazem com que algumas áreas da cidade tenham mais casos e outras menos”, explicou o coordenador da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, Luiz Artur Vieira Caldeira. “É uma parceria da Prefeitura de São Paulo com os municípios. A Prefeitura oferece a armadilha que trará a proteção não só à família, mas, também, a todo o bairro, e a parte do município é ceder o espaço para albergar a armadilha longe da luz e da chuva”, completou.

Em 2023, até o momento, foram realizadas 1.379.513 ações de prevenção ao mosquito Aedes aegypti na cidade de São Paulo. Ao todo, foram 327.852 visitas casa a casa (entre rotina e intensificação), além de 13.004 vistorias a imóveis especiais e pontos estratégicos, 1.006.666 ações de bloqueios de criadouros e nebulizações, entre outras atividades específicas. Em 2022, foram realizadas cerca de 5 milhões de ações.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Em tempos de Brasil na China, vale perguntar: quantos descendentes de chineses (continental e Formosa Taiwan) serão candidatos à vereança na cidade que já abriga japoneses e coreanos ?

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) segue conquistando votos dos tradicionais motoristas de taxi - categoria que foi poderosa que já teve 35 mil profissionais - que fazia campanha abertamente pro Paulo Maluf

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Embora seja irmão da deputada federal Carla Zambelli, o agora deputado Bruno não pode ser cobrado por atos que não cometeu. Ela é ela e ele é ele. Cada um responde pelo que pensa, fala e faz

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio (Republicanos) tá mais de olho nas relações do governo federal com a China do que pensam as ‘filosofias de almanaque’ que ainda pensam num mundo como se fosse Século 20

CONGRESSO

Parlamentares por São Paulo, componentes dos “Gabinetes de Fiscalização” que acompanharão o governo Lula (3): senador Marcos Pontes (PL-SP) Ciência e Tecnologia. Deputado Luiz Philippe (PL - SP) Defesa ...

(Brasil)

... Kim Katagiri (União) Fazenda. Alex Manente (Cidadania) Minas e Energia. Adriana Ventura (Novo - SP) e Rosângela Moro (União SP) Saúde. A esposa do Sérgio Moro morava no Paraná mas saiu por São Paulo

PRESIDÊNCIA

Se por um lado a ida do Lula (3) pra China se dá num momento de grandes mudanças na geopolítica mundial, por outro o grande risco é acontecer o que já tá acontecendo. Xi Jinping sendo obrigado a declarar ...

(Brasil)

... que as Forças Armadas fiquem prontas pra guerra real, num enfrentamento contra USA em relação a Taiwan. Além de ser grande aliado da Rússia - do Putin - contra a Ucrânia. Não haverá tempo pra corrigir erros

HISTÓRIAS

Segundo a Literatura Bíblica, o mundo no qual convivemos vai passar por um período de falsa paz mundial. Em tempo: quando chegar o Tempos de DEUS e do Cristo Jesus, então virá o fim de quem jaz no maligno

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa diária (Brasil) desde 1993. Recebeu a Medalha Anchieta da Câmara São Paulo o Colar de Honra ao Mérito da Assembleia - SP)

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda

Matriz:

Viaduto 9 de Julho, 180

1º andar - Sala 12

CEP: 01050-060

Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Vendas do varejo crescem 3,8% em janeiro, recorde para o mês

As vendas no comércio varejista no país cresceram 3,8% de dezembro para janeiro, a maior variação para o mês desde o início da série histórica, em 2000. Em relação a janeiro de 2022, o aumento foi de 2,6%, o sexto positivo consecutivo neste tipo de comparação. No indicador acumulado nos últimos 12 meses, a alta foi de 1,3%.

Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na quarta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é a primeira divulgação da nova série da pesquisa, que passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, ajustes nos pesos dos produtos e das atividades, além de alterações metodológicas, para retratar mudanças econômicas da sociedade.

O aumento apresentado em janeiro também é o maior para qualquer mês desde julho de 2021, quando houve alta de 3,9%. Segundo o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, cada mês tem sua especificidade no setor, mas ele destacou que desde setembro (1,1%) o volume de vendas no varejo não registrava alta.

“É um resultado importante, porque o comércio vinha de resultados negativos ou estabilidade”, afirmou, em nota.

A alta do mês foi disseminada entre as atividades pesquisadas, já que sete das oito tiveram crescimento em janeiro. Destaque para o setor de tecidos, vestuário e calçados, que aumentou 27,9% após quatro meses de queda.

Outro grupo que influenciou no resultado do varejo nacional foi o de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com aumento de 2,3% após dois meses de diminuição no volume de vendas.

“Ambos os setores sinalizam uma recuperação em janeiro. Pelo resultado de dezembro, é possível considerar que movimentos como Black Friday e o Natal não foram positivos para as duas atividades. Com as quedas anteriores e a base de comparação mais baixa, houve um crescimento importante em janeiro, motivado principalmente por iniciativas pós-Natal”, disse Santos.

O único setor que registrou queda nas vendas em janeiro foi o de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfu-

maria (-1,2%), que já vinha de trajetória de perdas em dezembro (-0,5%). “Esse movimento foi muito influenciado por cosméticos e perfumaria, que seguem em queda e têm variações mais sensíveis, já que os artigos médicos e farmacêuticos costumam ter trajetória mais estável”, afirmou o pesquisador.

A PMC também investiga o volume de vendas do comércio varejista ampliado, que teve variação de 0,2% em relação a dezembro de 2022 e de 0,5% contra janeiro de 2022. Esse índice, além das oito atividades pesquisadas, ainda inclui os setores de veículos, motos, partes e peças; o de material de construção e, o grupamento estreante de atacado especializado em alimentos, bebidas e fumo, incluído após as atualizações e alterações anunciadas pelo IBGE em março.

Com o resultado de janeiro, o comércio varejista ampliado inverte a trajetória de queda registrada nos últimos dois meses (-1,4% em novembro e -0,6% em dezembro de 2022). O índice de janeiro faz com que o varejo nacional esteja 3,3% acima do patamar pré-pandemia de co-

vid-19 (de fevereiro de 2020).

“Embora acima, esse índice não está alto, considerando que já são quase três anos. E o comércio ainda tem mais atividades abaixo do patamar pré-pandemia. Ao todo, são seis, como é o caso do varejo ampliado, cujo volume de vendas está 1,3% menor que em fevereiro de 2020”, disse. Na comparação de janeiro de 2023 com janeiro de 2022, a alta de 2,6% no volume de vendas inclui seis das oito atividades pesquisadas, com destaque para combustíveis e lubrificantes (26,7%), Livros, jornais, revistas e papelaria (15,2%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (14,8%).

Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-7,6%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-6,5%) apresentaram taxa negativa no confronto interanual. Já no comércio varejista ampliado, veículos, motos, partes e peças cresceram 4,4% enquanto material de construção teve aumento de 1,1%. O atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo teve queda, de 0,9%. (Agência Brasil)

Receita quer intensificar fiscalização de impostos de importação

Atualmente, as importações por pessoas físicas não podem ultrapassar US\$ 3 mil por operação. Até US\$ 500, o imposto é simplificado e corresponde a 60% da compra, incluindo o valor do produto e de eventuais taxas de frete e de seguro. De US\$ 500 a US\$ 3 mil, também incide o imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, e uma taxa de despacho aduaneiro de R\$ 150.

Acima de US\$ 3 mil, a compra passa a ser considerada de pessoa jurídica. Cada produto é tarifado conforme o Imposto de Importação e são acrescidos outros tributos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de In-

tegração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Em duas situações o Imposto de Importação não é cobrado. A primeira é a isenção estabelecida por lei para livros, revistas (e demais publicações periódicas) e remédios. No caso dos medicamentos, compras por pessoas físicas de até US\$ 10 mil são isentas, com o produto liberado somente se cumprir os padrões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Por fim, também não pagam imposto encomendas de até US\$ 50, benefício só concedido se a remessa ocorrer entre duas pessoas físicas, sem fins comerciais. (Agência Brasil)

Angola e Brasil retomam cooperação na área de sangue e hemoderivados

Uma comitiva de médicos e especialistas do Ministério da Saúde de Angola realiza esta semana uma série de visitas e reuniões em Brasília, Belo Horizonte e Salvador. A proposta é retomar a cooperação bilateral com o país, sobretudo na área de sangue e hemoderivados. O país africano enfrenta um grave problema de saúde pública: a anemia falciforme.

Até 2020, havia 11.540 casos registrados da doença. A estimativa oficial é de que quase 2% dos nascidos vivos em Angola tenham esse tipo de hemoglobinopatia. A taxa de pessoas com o chamado traço falciforme, mutação genética em que a doença não se manifesta, mas que pode ser passada para os filhos, é de quase 20% no país.

A visita técnica da comitiva ao Brasil inclui uma videoconferência para apresentação de curso em formato de ensino à distância (EAD) do teste do pezinho, capaz de detectar a anemia falciforme. A ação envolve técnicos de triagem neonatal do Ministério da Saúde brasileiro e de professores da Universidade

Federal do Paraná (UFPR). A proposta é implementar em Angola uma política nacional da doença falciforme.

“Elegemos o Brasil por ser uma referência na América Latina e a nível mundial na abordagem de pessoas com doença falciforme”, explicou o diretor do Instituto de Hematologia de Angola e chefe da missão no Brasil, Francisco Domingos.

“Iniciamos, por projeto piloto, implementar a experiência do Brasil com o teste do pezinho. Não vamos fazer como o Brasil faz, com teste para várias doenças. Vamos começar [apenas] pela anemia falciforme”.

A cooperação, segundo Domingos, prevê ainda projetos para qualificar a doação de sangue em Angola, já que as doações no país só acontecem entre familiares. Angola, atualmente, processa cerca de 80 bolsas de sangue por dia, totalizando 150 mil por ano, mas apenas 20% vêm de voluntários. A ideia é utilizar a experiência brasileira na captação de voluntários para ampliar e qualificar o processo em Angola. (Agência Brasil)

Valorização do mínimo será encaminhada em breve ao Congresso

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que encaminhará até maio ao Legislativo a proposta que estabeleça em R\$1.320 o novo salário-mínimo. Segundo ele, o governo encaminhará também a nova política de valorização permanente do salário-mínimo.

De acordo com o ministro, os parâmetros dessa política estão sendo estudados pelo governo em um grupo que conta com a participação das centrais sindicais. A expectativa é que a proposta seja apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando ele retornar da viagem que faz à China.

As afirmações foram feitas na quarta-feira (12) na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Segundo Marinho, a política de valorização do salário-mínimo dos primeiros governos Lula e do governo Dilma Rousse-

ff impactou positivamente na distribuição de renda, sem elevar a inflação, o desemprego e a informalidade.

“Estamos estudando quanto tempo vamos propor, se é por 20 anos, se por 30, por 15 anos, e evidentemente a cada novo PPA, Plano Plurianual, poderá ser feita a revisão da eficiência da política estabelecida”, disse o ministro.

O ministro defendeu a ampliação do debate sobre a redução da jornada de trabalho, levando em conta a evolução da sociedade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

“O Chile acaba de reduzir a jornada semanal para 40 horas em todo o país. Talvez esteja aí um farol também para a gente discutir jornada de trabalho no Brasil”, disse o ministro.

“Sei que nem sempre o mundo empregador gosta de falar de redução de jornada de

trabalho, mas precisamos ter a sensibilidade necessária para ir adequando a jornada de trabalho, frente às necessidades da sociedade e frente à necessidade de melhorar a qualidade de vida e encerrar as transformações radicais que acontecem no mercado de trabalho e na evolução da sociedade”, acrescentou.

Legislação trabalhista

O ministro informou que um grupo tripartite formado por representantes de empresas, empregados e governo está sendo formado para eventuais revisões de pontos da legislação trabalhista e das estruturas sindicais.

“A Lei de Terceirização hoje é irmã gêmea do trabalho escravo. Criou a possibilidade de que pode tudo e vale tudo”, argumentou ao sustentar que, no atual formato, terceirização representa “perversidade, desre-

gulação e incentivo ao trabalho informal”.

FGTS

Marinho fez críticas à criação do saque-aniversário do FGTS, implementada pelo governo anterior, de forma a permitir que cada pessoa realize um saque anual de suas contas. Na avaliação do ministro, esse saque enfraquece o próprio fundo “para responder a uma das suas missões, que é o financiamento de habitação e saneamento”.

Além disso, esse saque “criou a possibilidade da farrá do sistema financeiro com o fundo de garantia”. “Hoje, dos R\$ 504 bilhões depositados na conta-corrente dos correntistas do fundo de garantia, já temos quase R\$ 100 bilhões alienados pelos bancos em empréstimos consignados, a partir do formato do saque-aniversário”, argumentou. (Agência Brasil)

Entidades pedem projeto federal na Cracolândia

Entidades que realizam trabalhos sociais na região da Cracolândia, no centro da capital paulista, pedem que o governo federal assuma a implementação de programas para o atendimento dos dependentes químicos que vivem no território. Segundo as entidades, os projetos da prefeitura e do governo do estado de São Paulo não estão dando resultado e acumulam denúncias de violações de direitos humanos.

Na última semana, nove entidades, entre elas o Centro de Convivência É de Lei, a Craco Resiste e o Instituto Adesaf (Articulação de Tecnologias Sociais e Ações Formativas) entregaram ao ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, um documento pedindo atuação direta do governo federal na região.

“É importante ressaltar o diagnóstico de que as interlocuções no nível municipal e estadual que foram tentadas não foram efetivas para que cessassem as violações de direitos humanos que ocorrem de forma sistemática no território, razão pela qual entendem que é necessária atuação direta do governo federal na região”, diz o texto do documento entregue ao ministro.

De acordo com as entidades, operações policiais são realizadas na região constantemente, com o uso de armas de efeito moral mesmo quando não há qualquer resistência da população aglomerada.

“O uso da força nessas operações é muitas vezes indiscriminado e há relatos e imagens de cenas como a de pessoas deitadas sob chuva e sobre poças de água ao longo de muito tempo aguardando averiguação e liberação.”

Segundo o documento, pessoas machucadas durante as operações, atingidas por balas de borracha ou por efeito de queda, não recebem nenhuma assistência e são obrigadas a aguardar paradas até o fim da ação policial.

“A gente chegou ao limite de todas as tentativas de denunciar e conter as violações de direitos humanos que vêm acontecendo. O motivo de a gente ir para a instância federal é porque a gente esgotou todas as possibilidades nas instâncias municipal e estadual”, destaca o médico psiquiatra Flávio Falconi, criador do projeto Teto, Trampo, Tratamento, entidade que também assina o documento entregue ao ministro de Relações Institucionais.

“O envolvimento do Padilha é para fazer pressão do ponto de vista da articulação entre os governos para que parem de violar os direitos humanos”, destacou. “É um problema que não vai ser resolvido pela forma como está sendo feito, e a gente não tem mais a quem recorrer”, ressaltou Falconi, que também faz parte da equipe do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (Proad), serviço ligado ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Nos últimos dias, após operações policiais para a destruição de ruas na região, ocupadas por dependentes químicos, vários saques e invasões foram registrados no comércio local.

A articulação política para o acesso ao ministro contou com o gabinete do deputado estadual de São Paulo, Eduardo Suplicy (PT), que encaminhou o documento das entidades por ofício à Secretaria de Relações

Institucionais. A reportagem procurou a prefeitura e o governo do estado, que ainda não se manifestaram.

As entidades pedem uma atuação direta do governo federal na Cracolândia a partir da implementação do programa Moradia Primeiro, atualmente em desenvolvimento no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O projeto é baseado no programa Housing First, originalmente desenvolvido nos Estados Unidos, e já aplicado também no Canadá, na Austrália e alguns países europeus.

O projeto busca enfrentar a situação de rua, antes de qualquer outra medida, por meio da oferta de moradia permanente, integrada a serviços de apoio habitacional, clínico e de reintegração comunitária. O Housing First foi inspiração também para o projeto De Braços Abertos, utilizado na Cracolândia de São Paulo na gestão do atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quando foi premeito da capital paulista, de 2013 a 2016.

“O Moradia Primeiro é uma estratégia, com a população em situação de rua, de garantia do morar, do acesso a uma moradia protegida e assistida para essas pessoas em alta vulnerabilidade, como porta de entrada de acesso a outros direitos”, explicou o diretor de Promoção dos Direitos da População de Rua do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, Leonardo Pinho.

“A ideia do Moradia Primeiro é dar esse passo fundamental. No entanto, o governo anterior não deixou nenhum recurso orçamentário para a política de população de rua. Estamos neste processo de diálogo interministerial para poder avançar com essa agenda. No

entanto, com essa ressalva, de que o governo anterior não deixou nenhum recurso para essa política no orçamento federal. O orçamento é zero”, destacou.

De acordo com Pinho, apesar da falta de recursos do governo federal para a população em situação de rua no governo federal, o projeto será colocado em prática em Brasília com recursos advindos de emendas parlamentares de deputados federais.

Uma das possibilidades, em São Paulo, caso o governo federal consiga, ainda em 2023, recursos realocados de outros ministérios, é fazer parcerias com entidades da sociedade civil que já atuam na região.

“Tem uma iniciativa que não é do poder público, mas que já iniciou, que é o Morar Primeiro, com o padre Júlio Lance-lotti. Sempre há a possibilidade de fomentar experiências de organizações da sociedade civil.

O novo marco regulatório das organizações da sociedade civil permite que se tenha termos de cooperação direto do governo federal com a sociedade civil”, disse Pinho.

Para a antropóloga e pesquisadora na Universidade de São Paulo (USP) Amanda Amparo, o governo federal tem autonomia para realizar um programa próprio na Cracolândia, sem a lógica de concorrências com os outros projetos já ativos no território.

“Assim como o estado e prefeitura tem já, há muitos anos, trabalhados de forma separada. A prefeitura trabalha com Redenção, o estado sempre trabalhou com Recomeço. Também não é problema fazer uma ponte, conversar, e ver de que forma é possível fazer uma interlocução entre os Poderes.”

Na noite da terça-feira (11), o governo do estado de São Paulo inaugurou na Cracolândia

um novo centro de acolhida para dependentes químicos, o Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas. Segundo o governo do estado, o grande diferencial do novo centro será o de estabelecer um protocolo de manejo adequado à singularidade de cada caso, “potencializando as oportunidades para o desenvolvimento de um processo de convencimento e tratamento do dependente químico”.

“O que estamos inaugurando aqui é um equipamento público de apoio. Uma grande porta de entrada para que o trabalho do estado, prefeitura e entidades que já atuam no acolhimento, convencimento e encaminhamento possam ter uma retaguarda de tratamento com

uma ampla linha de cuidados”, disse o vice-governador Felício Ramuth.

De acordo com o governo, no novo centro há uma ala com capacidade para acolhimentos, avaliação dos riscos médicos e clínicos 24 horas, com leitos de hospitalidade dia e noite para acolhimento de curta duração e encaminhamento.

O Hub também possui uma ala clínica de saúde voltada para desintoxicação, centro de monitoramento do processo de recuperação e reinserção, assim como salas multiuso para grupos de mútua ajuda, espaços para grupos de abordagem de organizações sociais e de apoio a grupos de familiares. (Agência Brasil)

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

FATO RELEVANTE

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tapuá, nº 1.123, 21º andar, conj. 215, Itaim Bibi, CEP 04.533-004, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, (“Securitizadora” ou “Virgo”), na qualidade de credora das Debêntures (abaixo definidas) e emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da Virgo (“Termo de Securitização” e “Emissão CRI 67”, respectivamente), lastreados nas debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 25ª (Vigésima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Debêntures”, “Escritura de Emissão” e “Devedora”, respectivamente), vem, por meio desta, informar o quanto segue: A Securitizadora tomou conhecimento, por meio do Fato Relevante publicado hoje pela Devedora em conjunto com a Light S.A. e a Light Energia S.A. (“Companhias”) comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral o ajuntamento de Ação Cautelar Requerida em Caráter Antecedente (“Fato Relevante” e “Medida Cautelar”, respectivamente), por meio da qual formulariam informações limitares relativamente a certas obrigações financeiras, entre elas a suspensão temporária da exigibilidade das mesmas, e a inclusão de requerimento de instauração de procedimento de mediação coletiva. Adicionalmente, também vem a conhecimento da Securitizadora da Emissão CRI 67 de decretação de vencimento antecipado de dívidas da Devedora e da Fiadora, cujo valor é superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), decorrentes de emissões representadas pela Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38 (“Pentágono”), na qualidade agente fiduciário das referidas emissões, conforme notificações publicadas no website da Pentágono, quais sejam: (i) 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 4 (quatro) Séries, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Light Serviços de Eletricidade S.A.; (ii) 19ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.; (iii) 20ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.; e (iv) 24ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A., sendo as emissões descritas acima nos itens (i) a (iv), em conjunto ora denominadas “Emissões”. Dessa forma, a Virgo, na qualidade de Securitizadora na Emissão CRI 67, vem informar a caracterização de hipótese de Vencimento Antecipado de todas as obrigações contraídas pela Devedora referentes às Debêntures e, por consequência, a Emissão CRI 67, nos termos das cláusulas 6.1.1 da Escritura de Emissão e 7.2.1 do Termo de Securitização. Diante do acima exposto, a Virgo esclarece que está tomando as providências cabíveis nos termos dos Documentos da Operação, permanecerá acompanhando os desdobramentos do quanto aqui informado, e que manterá todos os investidores e o mercado em geral atualizados sobre quaisquer informações relevantes, bem como para a convocação de Assembleia de Titulares dos CRI, diante das informações relacionadas aos eventos acima descritos. Todos os termos iniciados em letras maiúsculas aqui não definidos possuem o respectivo significado que lhes são atribuídos no Termo de Securitização da Emissão CRI 67. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 11 de abril de 2023

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Daniel Monteiro Coelho de Magalhães - Diretor de Relações com Investidores



Residencial Guatapará SPE Ltda.

CNPJ nº 49.552.536/0001-09 - NIRE nº 35.260.718.199

Extrato Primeira alteração e consolidação do Contrato Social

l. São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SMTI"), com sede em Ribeirão Preto/SP, CNPJ 48.663.421/0001-29 e NIRE 35.300.011.520, representada por seu Diretor de Operações Imobiliárias e Mineração, Roberto Pupulin, CPF 595.223.308-25, e por seu Diretor Administrativo, Plínio Sérgio Ferraz de Campos, CPF 175.817.828-08. Única sócia, resolve alter o Contrato Social de acordo com os termos e condições a seguir, estando autorizada a realizar a presente alteração sem assinatura dos diretores, conforme previsto na cláusula 7 do Contrato Social: **Cláusula 1ª**. A redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 400.000,00, com o cancelamento de 400.000 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma vez que excessivo em relação ao objeto da sociedade, conforme artigo 1.082, inciso II do Código Civil, devendo a SMTI, como única sócia, ser restituída em moeda corrente nacional no valor correspondente à redução, com a consequente alteração do capital social previsto na cláusula 5.1. Guatapará, 30/03/2023. **Única Sócia:** São Martinho Terras Imobiliárias S.A. - Roberto Pupulin - Diretor de Operações Imobiliárias e Mineração e Plínio Sérgio Ferraz de Campos - Diretor Administrativo.

Edital de criação - Prazo do Edital 20 dias. Processo nº 1114494-17.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Dra). Paulo Bernard Baccarat, na forma da Lei, etc. Faz saber a MYD Zepa Tecnologia Eireli, CNPJ 15.762.287.0001-71, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Carlos Trini e outros, requerendo Rescisão Contratual com devolução de valores retidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por Edital para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, presumi-se-ão aceitos, pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião PROCESSO Nº0052419-42.2010.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos do Foro Central Cível Estado de São Paulo (Dra) Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Valerim Garcia, Alza Garcia, Carlos Jorge Pires, Alcy Goulart Pires, Afrânio Julo de Souza, Alberto Marques, Marcia Garcia Martins, Antonio Carvalho dos Santos, Maria das Dores Santos, Wanderley de Oliveira Felício Filho, Alvaro de Souza, Marly Vieira de Souza, Adilson de Souza e Fátima Aparecida de Souza réus ausentes/incertos/desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Luiz Carlos Bonassi, Ana Maria Bonassi e Maria de Lourdes Paiva Bonassi ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Aurora das Dores, 197, Vila Formosa, São Paulo - SP, CEP 03380-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedio o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado reu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1014170-35.2021.8.26.0224. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Atos Unilaterais. Requerente: Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. Requerido: Alan Martins da Silva, EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 101470-35.2021.8.26.0224. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, (Dra). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALAN MARTINS DA SILVA, RG 38.458.919, CPF 45650516804, com endereço à Rua Noventa e Sete, 339, casa, Jardim Aurora (zona Leste), CEP 08225-405, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. alegando em síntese: que devido a instabilidade no sistema de pagamento PIX, foi gerado envio de valores em dobro na conta do réu junto ao banco autor. Informa que o valor depositado a maior não foi restituído. Requeru a condenação do réu ao pagamento do valor indicado na inicial, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado reu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2023.

Em SP, governador fala sobre Casa Fácil Paraná, cujo modelo pode ser replicado no país

Com o intuito de discutir os rumos das políticas públicas de habitação, o governador Carlos Massa Ratinho Junior participou na quarta-feira (12) de uma mesa de debates do Encontro Nacional da Indústria da Construção Civil (Enic), que acontece em São Paulo. Durante o encontro, que teve a participação do ministro das Cidades, Jader Filho, ele falou sobre o programa Casa Fácil Paraná, em que destacou as parcerias firmadas com o setor produtivo e os subsídios oferecidos pelo Estado para custeio do valor de entrada em financiamentos da Caixa Econômica.

A proposta da mesa de debates foi discutir possíveis soluções conjuntas para a redução do déficit habitacional no Brasil. Também participaram do debate a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães; do presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), organizadora do evento, José Carlos Martins; e do presidente da comissão de Habitação da CBIC, Carlos Henrique Pasos.

O governador expôs o contexto em que a modalidade de concessão de subsídios do Casa Fácil Paraná surgiu em 2021, a partir da dificuldade econômica e do risco de desemprego causados pela pandemia da Covid-19. “Preocupados com aquele momento delicado, nós pensamos que a construção civil era um setor que gerava empregos muito rápido e nós juntamos com o setor, através do Sinduscon/PR (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná), para destravar as obras de construção de casas”, afirmou.

“A partir das conversas com os empresários, percebemos que uma das principais dificuldades das famílias de menor renda era arcar com os 20% de entrada que a Caixa Econômica não financia, por isso propusemos subsidiar este valor e injetamos mais de R\$ 450 milhões, gerando um impacto de R\$ 8 bilhões na economia e 100 mil empregos diretos e indiretos”, disse Ratinho Junior.

Outro aspecto destacado pelo governador foi a redução de burocracia no programa, com agilidade dos órgãos estaduais para a emissão de licenças e alvarás e um sistema de tramitação rápida e simplificada para a tramitação de processos entre o Estado, as construtoras e a Caixa Econômica.

O modelo adotado pelo Governo do Paraná fez com que o Casa Fácil recebesse em 2022 o troféu Selo de Mérito, uma premiação que reconhece as melhores políticas públicas para o setor, entregue pela Associação Brasileira de Cobabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC). Durante o evento, o ministro das Cidades garantiu que a habitação de interesse popular será tratada como uma prioridade pelo governo federal e que conta com a parceria de estados e municípios para viabilizar a isenção parcial ou total do valor de entrada em todo o País, a exemplo do que já é feito pelo Paraná. Ele se comprometeu com a retomada das contratações na Faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida, voltadas a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos.

Segundo Jader Filho, as contrapartidas dos executivos estaduais e municipais, como aquelas já praticados pelo Estado do Paraná, são um fator considerado na nova etapa do programa, cuja meta é viabilizar a construção de 2 milhões de unidades habitacionais em todo o Brasil até 2026.

“As famílias de menor renda já pagam aluguel, que muitas vezes são mais caras do que a parcela mensal da casa própria, então o problema delas não é acessar o financiamento, mas pagar a entrada. Por isso, estamos estudando diminuir a taxa de juros, aumentar o valor do subsídio e o tempo de financiamento e, com a parceria de estados e municípios, podemos zerar o valor de entrada nas faixas 1 e 2 do Minha Casa Minha Vida”, explicou Jader Filho.

A vice-presidente de habitação da Caixa também reforçou a necessidade de que o poder público trabalhe de forma integrada para facilitar o acesso das famílias de menor renda à casa própria. “Temos clareza que uma parte das famílias que integram a faixa 1 e que têm capacidade de pagar precisa desta combinação de incentivos financeiros como acontece no Paraná”, disse ela. “A ideia é fortalecer estas parcerias para que seja a regra em todo o País, em que estados e municípios assumem um papel mais relevante no programa e também na oferta de outros serviços públicos a essa população”, defendeu Inês.

O Encontro Nacional da Indústria da Construção reúne especialistas, profissionais do setor e representantes do poder público e de empresas privadas que atuam na construção civil. Pela primeira vez, ele está acontecendo dentro da Feicon, evento que é referência na América Latina por ser vitrine para o lançamento de tecnologias, produtos, debates sobre o mercado e atualização para os profissionais do setor. Entre as principais pautas do Enic, está o crescimento de 6,9% do setor da construção em 2022 no Brasil, quase o dobro do previsto inicialmente, a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida e a desaceleração do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), o que indica a tendência de continuidade do crescimento do segmento em 2023.

Além do governador, a comitiva paranaense contou com a participação de Jorge Lange, presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), órgão responsável por coordenar as políticas do setor em nível estadual, além do vice-presidente da CBIC e conselheiro do Sinduscon-PR, José Eugênio Souza Bueno Gizzi.

De acordo com José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o evento é uma oportunidade para discussão de importantes mudanças que devem ocorrer no setor. “Vemos a volta do Programa Minha Casa, Minha Vida, a infraestrutura com objetivo básico do governo. Estamos em um momento em que o setor está sendo estimulado adequadamente e, mais do que isso, no qual é possível dialogar para que não se cometa os erros do passado”, afirmou Martins.

Ele também agradeceu a disponibilidade de Ratinho Junior em explicar detalhes do funcionamento do Casa Fácil aos participantes de todo o País reunidos no encontro e elogiou a forma com que a habitação de interesse social tem sido tratada no Paraná. “Os diferenciais que notamos no Paraná são a vontade política, buscando soluções mesmo em momentos de crise, o planejamento bem feito e a preocupação com o aspecto social”, frisou. (AENPR)

ORIZON BIOGÁS LTDA.			
CNPJ: 45.216.680/0001-13			
Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	2022	2021	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	
Total do ativo	1	-	
Passivo	2022	2021	
Patrimônio líquido			
Capital social	1	-	
Total do patrimônio líquido	1	-	
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	

SPE SOROCABA AMBIENTAL S.A.			
CNPJ: 42.805.842/0001-60			
Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	2022	2021	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	130	1	
Contas a receber de clientes	7.846	-	
Impostos a recuperar	16	-	
Adiantamentos	254	-	
Total do ativo circulante	8.246	1	
Não circulante			
Partes relacionadas	279	-	
Imobilizado	12.887	15.346	
Total do ativo não circulante	13.166	15.346	
Total do ativo	21.412	15.347	
Passivo	2022	2021	
Circulante			
Fornecedores	1.629	-	
Salários e encargos sociais	1.197	-	
Impostos e contribuições a recolher	2.344	-	
Parcelamento de impostos	64	-	
Adiantamentos de clientes	87	-	
Outros passivos	3.955	-	
Total do passivo circulante	9.276	-	
Não circulante			
Parcelamento de impostos	285	-	
Total do passivo não circulante	285	-	
Patrimônio líquido			
Capital social	16.663	15.346	
Reservas de lucro	(4.812)	1	
Total do patrimônio líquido	11.851	15.347	
Total do passivo e do patrimônio líquido	21.412	15.347	
Leonardo Roberto Pereira dos Santos		Jesse Gonçalves de Lima Andrade	
Diretor - CPF 218.498.438-80		Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41	

Galeria Paulista de Modas S.A.

CNPJ/ME nº 61.139.234/0001-09 - NIRE 35.300.027.752

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2023

Data/hora/local: 05/04/23, 10h, na sede social. **Convocação e instalação:** Dispensada. Presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Marcelo Manhães de Almeida, presidente; Mariane Chan Garcia Dejavitte, secretária. **Deliberações aprovadas:** (I) A redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, passando dos atuais R\$ 21.760.944,00 para R\$ 6.060.624,00, redução esta, portanto, no valor total de R\$ 15.700.320,00, com o correspondente cancelamento de 15.700.320 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Da mesma maneira, por decisão unânime dos Srs. Acionistas, a redução de capital ora aprovada atingirá a participação de todos os Srs. Acionistas. (II) O pagamento devido aos Srs. Acionistas em razão da redução de capital social ora aprovada será realizado (a) mediante a compensação de parcela destes valores com o saldo da conta de valores a receber dos Srs. acionistas, registrada no balanço patrimonial da Companhia, encerrado em 31/12/2022, no valor total de R\$ 11.762.657,11 e (b) mediante o pagamento, em moeda corrente nacional, do montante total de R\$ 3.937.662,89, observando-se, em todos os casos, a correspondente participação de cada um dos Srs. Acionistas no capital social da Companhia. (III) Alteração do artigo 3º do Estatuto Social: **“Art. 3º – O capital social é de R\$ 6.060.624,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, dividido em 6.060.624 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Único – As ações são indivisíveis em relação à companhia, correspondente a cada ação ordinária um voto nas deliberações da assembleia geral.”** Fica a administração da Companhia desde já autorizada a adotar todas as medidas legais para formalização da presente Assembleia. Nada mais. **Mesa: Marcelo Manhães de Almeida, Presidente da Mesa; Mariane Chan Garcia Dejavitte, Secretária da Mesa. Acionistas: Marlene Landucci, Wilson Bumaruf Junior, Alessandra Vieillevigne e Fabiola Janota Antunes Bumaruf.**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 58ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 58ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Tabapuá nº 1.123, 21ª andar, ç. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 (“CRÁ”, Titulares dos “CRÁ”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DIS-POSITIVE, com sede em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 17.762.657-11 e (b) mediante o pagamento, em moeda corrente nacional, do montante total de R\$ 3.937.662,89, observando-se, em todos os casos, a correspondente participação de cada um dos Srs. Acionistas no capital social da Companhia. (III) Alteração do artigo 3º do Estatuto Social: **“Art. 3º – O capital social é de R\$ 6.060.624,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, dividido em 6.060.624 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Único – As ações são indivisíveis em relação à companhia, correspondente a cada ação ordinária um voto nas deliberações da assembleia geral.”** Fica a administração da Companhia desde já autorizada a adotar todas as medidas legais para formalização da presente Assembleia. Nada mais. **Mesa: Marcelo Manhães de Almeida, Presidente da Mesa; Mariane Chan Garcia Dejavitte, Secretária da Mesa. Acionistas: Marlene Landucci, Wilson Bumaruf Junior, Alessandra Vieillevigne e Fabiola Janota Antunes Bumaruf.**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0034916-03.2013.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Dra). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Nelson Bueno Rosa, Margarida Rogero Rosa, Jose Santana da Cruz, Gilson Santos Aquino, Albar Horris de Campos, Manoel Pereira, Maria Aparecida Pereira e Alberto Galvão da Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Adelson Julo Souza Santos ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Antônio Continente, 275, Parque Bolognese, São Paulo - SP, CEP 04941-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedio o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado reu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0015559-37.2013.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Dra). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Amalio Lopes Eizirardo, Maria de Lourdes Paiva Lopes, Paulo Sérgio de Souza Egídio, Sérgio Sá e Silva, e Paulina Navarro Gibin VILLELA, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Glauca Idênio Aze, Flávio Keishi Abe e Ievete Terezinha Trassato Abe ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Valtier Pereira Correia, 96, Jardim Clipper, São Paulo - SP, CEP 04827-130, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedio o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado reu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1004290-51.2022.8.26.0008. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Hospital São Luiz - Unidade Anália Franco, registrado civilmente como Rede D'O'S São Luiz S.A. Requerido: Ondina Martins Vaz Miranda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004290-51.2022.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Itaquera, Estado de São Paulo, (Dra). ALBERTO GIBIN VILLELA, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Ondina Martins Vaz Miranda, Brasileira, Viúva, Aposentada, RG 3572822, CPF 03275189875, com endereço à Rua Professor Pedreira de Freitas, 365, ap. 111, Tatuapé, CEP 03312-052, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Hospital São Luiz - Unidade Anália Franco, registrado civilmente como Rede D'O'S São Luiz S.A., com o valor do R\$ 29.804,94, atualizado em 08/04/2023 13:17:20. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado reu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de março de 2023.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)			
Capital social	Total		
Integralização de capital	1	1	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1	
Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2022	2021	
Integralização de capital	1	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1	-	
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1	-	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	-	
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1	-	
Leonardo Roberto Pereira dos Santos			
Diretor - CPF 218.498.438-80			
Jesse Gonçalves de Lima Andrade			
Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41			

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(4.874)	-	
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(4.874)	-	
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-	
Depreciação e amortização	18.204	-	
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-	
Contas a receber de clientes	(7.846)	-	
Impostos a Recuperar	(16)	-	
Adiantamentos	(254)	-	
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-	
Fornecedores	1.629	-	
Salários e encargos sociais	1.197	-	
Impostos e contribuições a recolher	2.344	-	
Parcelamento de impostos	87	-	
Adiantamento de clientes	3.955	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	14.775	-	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	
Aquisições de ativo imobilizado	(15.745)	(15.346)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.745)	(15.346)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	
Aumento de Capital	1.378	15.347	
Partes relacionadas	(279)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.099	15.347	
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	129	1	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	130	1	
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	129	1	

Palalua-GSI Holding Participações S.A.

CNPJ/ME nº 35.184.838/0001-67 - NIRE 3530054317-3

Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de março de 2023, às 15:00 horas, na sede social da Palalua-GSI Holding Participações S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Alcides de Campos Rodrigues, nº 229, conjunto 611, no bairro de Vila Nova Conceição, CEP 04544-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada convocação, nos termos artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença dos acionistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente - Antonio Luiz Junqueira de Almeida; Secretário - Douglas Kenichi Sakuma. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, em assembleia geral ordinária, sobre: (i) a lavratura da ata na forma de sumário; (ii) a apreciação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) a aprovação da destinação dos resultados da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, da destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 2.037.732,45 (dois milhões, trinta e sete mil, setecentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) da seguinte forma: (a) R\$ 101.886,62 (cento e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) a conta de Reserva Legal da Companhia; e (b) R\$ 1.935.845,83 (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e três centavos) a conta de Reservas de Lucros da Companhia. Os Acionistas da Companhia deliberaram pela não distribuição de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando que: (i) não havia disponibilidade de caixa; e (ii) havia um mútuo em aberto contra a controladora Palalua Participações S.A., no valor de R\$ 5.676.102,14 (cinco milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e dois reais e quatorze centavos), contraído para possibilitar a conclusão do CAPEX e ramp up das operações de controladas da Companhia; (iv) a reeleição dos seguintes administradores, para um mandato de 3 (três) anos, os quais tomaram posse de imediato, conforme termos de posse e declaração de desimpedimento lavrados em livro próprio e depositados na sede da Companhia: (a) Sr. **Antonio Luiz Junqueira de Almeida**, brasileiro, natural de São Paulo, divorciado, médico, inscrito no CRM/SP sob o nº 18.018, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.385.622 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 116.917.608-97, residente e domiciliado na Rua Roma, nº 591, Bairro Granja Viana, CEP 06708-640, na cidade de Costa, estado de São Paulo, **para o cargo de Diretor Presidente**; e (b) Sr. **Antonio Luiz Junqueira de Almeida**, brasileiro, natural de São Paulo, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.332.676-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 281.629.348-02, residente e domiciliado na Avenida Ômega, 174, apartamento 105, Bairro 18 do Forte, CEP 06472-005, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, **para o cargo de Diretor Administrativo**; e (v) não haverá remuneração dos membros da administração em razão do cargo por eles exercido na Companhia. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Ordinária foi encerrada e lavrada a presente Ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Antonio Luiz Junqueira de Almeida; Secretário - Douglas Kenichi Sakuma. Acionistas presentes: Palalua Participações S.A.; GSI Holding Corporation; e GSI Creos Brasil Ltda. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 16 de março de 2023. **Mesa:** Antonio Luiz Junqueira de Almeida - Presidente; Douglas Kenichi Sakuma - Secretário. **JUCESP** nº 136.678/23-3 em 10/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

Palalua-GSI Holding Participações S.A.

CNPJ/ME nº 35.184.838/0001-67 - NIRE 3530054317-3

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 16 de março de 2023, às 17:00 horas, na sede social da Palalua-GSI Holding Participações S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Alcides de Campos Rodrigues, nº 229, conjunto 611, no bairro de Vila Nova Conceição, CEP 04544-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada convocação, nos termos artigo 12

Kartismo: AKSP homenageia 90 anos do Jornal O Dia hoje

O campeonato AKSP entra na segunda metade do seu primeiro turno, realizando nesta quinta-feira (13) o GP Jornal O Dia 90 anos, no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), a partir das 20 horas. A rodada que marca a quarta de 11 etapas homenageará um dos mais antigos jornais diários de São Paulo, e que foi o primeiro apoiador deste certame de kart amador.

“Conheço os proprietários, diretores e jornalistas do Jornal O Dia SP desde o início dos anos 80, e eles sempre foram admiradores e apoiadores dos esportes a motor. E logo na primeira corrida da AKSP, em fevereiro de 2019, eles já noticiaram a nossa iniciativa e depois o resultado da prova inaugural. Então, é justo comemorarmos estes 90 anos com eles, e com direito a bolo!”, disse J. Alberto Otazú, administrador do campeonato AKSP.

Depois de três etapas os líderes na tabela de pontuação do AKSP são Thiago Rocha (Light), Alexandre Porche (Graduados), Douglas Pecoraro (Elite), Mar-

celo Carvalhaes (Sênior), Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas) e Cah Nunes (Mulheres em Ação Novatas).

A categoria Light viu a vitória de Thiago Rocha nas duas últimas etapas realizadas, e com isso é o líder com 69 pontos, 23 de vantagem para Caio Leal, o vice-líder que vem sendo constante nos pódios. Vencedor da primeira prova do ano, Arthur Filipe está em terceiro, com 44 pontos e empatado com Edicarlo Tomiazzi.

A Graduados está bem equilibrada, com três vencedores diferentes. A liderança é de Alexandre Porche, que venceu a etapa inicial, foi segundo na prova seguinte e sétimo na rodada passada. Com isto, acumula 68 pontos, 24 de vantagem sobre o vice-líder Giuliano Sciulli, que também está bem constante nos pódios. Bruno Furlan foi o vencedor da segunda etapa, a única em que participou, e está na 11ª colocação. E Barbara Lopes, vencedora da terceira etapa, ocupa o sétimo posto,



Mulheres em Ação reunidas antes de largada

com duas participações.

A Elite tem a liderança de Douglas Pecoraro, que venceu as duas primeiras etapas e terminou a última em 14º. Com isto, acumula 63 pontos, 13 a mais que o vice-líder Rodrigo Oliveira, também figura constante nos pódios. Arthur Feola, vencedor da terceira etapa aparece na 12ª posição, pois estreou apenas nesta corrida.

Entre os pilotos com mais de 50 anos de idade, a Sênior é outra categoria muito equilibrada, com três vencedores diferentes. Marcelo Carvalhaes venceu a etapa inicial, terminou em terceiro nas duas provas seguintes, e lidera com 70 pontos, apenas quatro de folga sobre o vice-líder Jorge Roque, que terminou todas as provas entre os cinco primei-

ros. Gerson Roschel, vencedor da terceira etapa está em terceiro, com 61 pontos, e o atual campeão Jorge Filipe foi vitorioso na segunda etapa e ocupa o quarto posto.

A categoria feminina Mulheres em Ação tem a liderança de Natália Eufrásio, com 69 pontos, acumulados com duas vitórias e uma quarta colocação na terceira etapa, vencida por Bárbara Lopes, que ocupa o nono posto com a sua única participação. A vice-liderança é de Cah Nunes, com 46 pontos, e que venceu entre as Novatas nas suas duas únicas participações. A terceira posição é de Rita Sanches, idealizadora e diretora da categoria, que normalmente frequenta o pódio quando tem tempo para competir.

Ações sociais, prêmios e brindes para pilotos

Os vencedores da AKSP e Mulheres em Ação ganharão treino no kart F-4 em Interlagos com a LR Competições, voucher com desconto em corte masculino na Barbearia e Tattoo Fireworks, e voucher para aulas de violão online da MRC Produções. Todas

as mulheres participantes também levarão pra casa flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Os seis primeiros colocados de cada categoria serão premiados com troféus e kits Giovanna Baby, e o sétimo colocado de cada modalidade receberá um kit da Cervejaria Paulistânia.

Nesta etapa será sorteado dois pares de luvas DKR personalizadas, um voucher com desconto no restaurante Low BBQ, um conjunto com antepastos da Di-Andreas, e voucher da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Mary Estética, Rolley Beach, Studio Divando e Studio 16 Hair e Beauty.

No momento de descontração antes do pódio, o último colocado de cada bateria receberá o troféu Mão de Pau, acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. O Auto Posto Colônia oferecerá um galão de combustível para o Casal Gasolina. No final da programação, além do tradicional bolo para os aniversariantes do mês, será comemorado também com bolo as Bodas de Cristal do casal de pilotos Grazi Gonçalves e José de Jesus.

IMSA: Pipo Derani chega motivado para disputa em Long Beach



Foto: Brian Cleary

Pipo Derani defende liderança da temporada em Long Beach

Um mês após conquistar pela quarta vez as 12 Horas de Sebring, o brasileiro Pipo Derani volta às pistas para a disputa da terceira etapa da temporada 2023 do IMSA WeatherTech SportsCar Championship neste sábado (15).

Líder do campeonato, o piloto de 29 anos estará ao lado do

companheiro Alexander Sims no estreito traçado nas ruas de Long Beach, na Califórnia (EUA). Em 2021, Derani venceu a prova de ponta a ponta, na época dividindo o carro com Felipe Nasr.

O brasileiro está animado para voltar a guiar o #31 Whelen Engineering Cadillac V-Series, da equipe Action Express. “Es-

tou ansioso para voltar a Long Beach. É um daqueles eventos que estamos sempre na expectativa, principalmente, por ser a primeira corrida de rua do ano. Queremos saber como será o desempenho dos novos carros GTP nesta pista em particular”, comentou Derani.

“Em 2021, eu e o Felipe (Nasr) comandamos a prova e conquistamos a vitória. O Felipe fez a pole, mantivemos a liderança e fomos aumentando-a até a bandeirada. Foi uma grande vitória”, lembrou.

Com 11 curvas e 1,968 milha (3,2 km), o traçado de Long Beach é bastante estreito e não dá margem para erros. Além disso,

será a primeira prova curta da temporada deste ano, com apenas 100 minutos, o que dificulta uma possível recuperação em caso de algum problema. Largar na frente também se torna essencial.

“Essa é uma corrida onde o classificatório conta mais do que em qualquer outro lugar, porque

é muito difícil ultrapassar, como toda pista de rua. Estamos chegando para essa prova com uma vitória, uma pole e a liderança do campeonato, mas vamos seguir trabalhando forte, como sempre, e como se não tivéssemos vencido a última prova e nem tivéssemos liderando o campeonato”, ressaltou o brasileiro.

“Ainda estamos no início da temporada. Sabemos o quanto o campeonato é longo e cada ponto conta muito. Vamos tentar lutar pela pole novamente, o que em Long Beach já torna as coisas um pouco mais fáceis”, completou Derani, que foi campeão do IMSA na temporada 2021.

Os treinos em Long Beach terão início nesta sexta-feira, com duas sessões livres e o classificatório, a partir das 21h15 (de Brasília). No sábado, a prova terá sua largada às 18h05 (de Brasília) e poderá ser acompanhada ao vivo pelo aplicativo do IMSA ou pelo site <https://www.imsa.com/tv/>.

Copa Shell Hyundai HB20 atualiza calendário

A Copa Shell Hyundai HB20 inicia a quinta temporada de sua história no final de semana dos dias 29 e 30 de abril no Autódromo Internacional José Carlos Pace, em Interlagos, zona sul de São Paulo. A categoria monomarca de maior grid do país mantém seu formato de oito etapas no campeonato de 2023 e promove nas pistas a estreia do Novo Hyundai HB20 na categoria. O carro vem com atualizações estéticas e também técnicas, a principal delas sendo o câmbio com acionamento de troca de marchas por meio do paddleshift – as pequenas alavancas posicionadas atrás do volante.

O calendário de 2023 passou por atualizações. Todas as suas etapas acontecerão no mesmo evento da Stock Car Pro Series, com caráter excepcional à abertura do campeonato, que acontecerá em São Paulo junto da Copa



Foto: Renato Majra

Categoria reúne o maior grid entre as séries monomarca no Brasil; serão 8 etapas

Truck e NASCAR Brasil. Depois da etapa inaugural em Interlagos, o Autódromo de Tarumã, em Vião, recebe a Copa Shell Hyundai

HB20 pela primeira vez nos dias 20 e 21 de maio; a categoria retorna a Interlagos no final de semana de 8 e 9 de julho e permanece no estado

de São Paulo para a quarta etapa, no Velocitta, em Mogi Guaçu, nos dias 5 e 6 de agosto.

Depois, a quinta etapa abre a segunda metade do campeonato em Goiânia (GO) nos dias 26 e 27 de agosto, com o Velopark, em Nova Santa Rita (RS), recebendo a sexta etapa em 16 e 17 de setembro. Brasília (DF) segue programada para a penúltima etapa em 25 e 26 de novembro, e Interlagos define os campeões das classes Pro, Elite e Super nos dias 16 e 17 de dezembro.

Calendário 2023 atualizado: Copa Shell Hyundai HB20

Interlagos: 29 e 30 de abril; Tarumã: 20 e 21 de maio; Interlagos: 8 e 9 de junho; Velocitta: 5 e 6 de agosto; Goiânia: 26 e 27 de agosto; Velopark: 16 e 17 de setembro; Brasília*: 25 e 26 de novembro; Interlagos: 16 e 17 de dezembro. *Local a confirmar.

Desafio CBAt/CPB tem primeira etapa neste sábado em São Paulo

A primeira etapa do Desafio CBAt/CPB de Atletismo de 2023 será realizada neste sábado (15), no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo. Estão previstas no total 11 competições para o ano, em cidades como Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), além de São Paulo.

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) recebeu a inscrição de 95 atletas (48 no feminino) e 47 no masculino de seus clubes filiados. No total,

serão 160 atletas inscritos – 65 do CPB -, sendo 67 no feminino e 93 no masculino.

O Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro (CTPB) fica na Rua Geni, 137, Vila do Encontro, em São Paulo. O objetivo da competição é difundir e desenvolver a prática conjunta do atletismo e do paratletismo no País, com entrada gratuita para o público.

Pelo Programa Horário, a competição será aberta às 7:30 de sábado, com a disputa da final dos 5.000 m feminino (Olímpicos e Paralímpicos). O evento termina às 12:40,

com a final dos 800 m feminino (Olímpicos e Paralímpicos).

Vários destaques da seleção brasileira confirmaram participação como a recordista sul-americana dos 100 m (10.91) Rosângela Santos (IICB-RJ), Tatiane Raquel da Silva (IPEC-PR) nos 1.500 m, e os velocistas Felipe Bardi e Erik Cardoso (SESI-SP), nos 100 m e 200 m, e Eduardo Moreira, o Dudu, Jorge Vides e José Fernando Santana, o Balotelli, todos do Pinheiros, nos 400 m, 100 m e dardo, respectivamente.

15/4 – São Paulo (SP); 30/4 –

São Paulo (SP); 18/6 – São Paulo (SP); 12/8 – Rio de Janeiro (RJ); 19/8 – Belo Horizonte (MG); 3/9 – São Paulo (SP); 24/9 – Fortaleza (CE); 30/9 – Recife (PE); 14/10 – Porto Alegre (RS); 22/10 – São Paulo (SP); 28/10 – Curitiba (PR).

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Stock Car anuncia etapa em Buenos Aires e vinda da argentina TC2000 ao Brasil



Foto: Fabian Caló

Em aliança com a Stock Car, TC2000 vai acelerar no Brasil em 2024

Promotora das principais categorias do automobilismo brasileiro, a Vicar anunciou na quarta-feira (12) os locais de etapas que restava definir no calendário da Stock Car Pro Series, incluindo notícias muito aguardadas pelos fãs do esporte a motor. Três delas em especial chamam a atenção: a realização de uma etapa da Stock Car em Buenos Aires, o aguardado retorno da categoria ao local de sua primeira corrida, em Tarumã (RS), e a vinda ao país da TC2000, campeonato argentino similar à Stock Car brasileira, em 2024. No país vizinho, a Stock competirá no mesmo dia dos 200km de Buenos Aires, prova icônica do automobilismo argentino.

A Stock se apresentará na Argentina no dia oito de outubro, no Autódromo Oscar y Juan Gálvez, que sediou 20 provas do Mundial de Fórmula 1. O traçado também foi palco de cinco corridas da própria Stock Car, entre 2005 e 2007, e depois em 2017 – quando foram disputadas duas provas. Com a definição dos locais também para a terceira etapa (Tarumã, 21 de maio), quarta etapa (Cascavel, 18 de junho) e oitava etapa (Velopark, 17 de setembro), o calendário de 2023 da Stock apresenta para pilotos, equipes e fãs um cardápio bastante variado de traçados e perfis técnicos.

Presidente do TC2000 e da Tango Motorsports, empresa promotora da categoria, Alejandro Levy destacou a união entre dois grandes polos do esporte a motor no continente. “Para nós é uma grande alegria poder anunciar esta aliança estratégica para o automobilismo sul-americano. O público terá uma grande oportunidade nos próximos 7 e 8 de outubro, quando a Stock Car nos visitará novamente no Autódromo Oscar y Juan Gálvez da Cidade de Buenos Aires, onde teremos um evento automobilístico de nível internacional e que servirá para seguir fortalecendo os planos conjuntos entre Vicar Promoções

Desportivas e Tango Motorsports, com a meta posicionada em um automobilismo moderno, tecnológico e com pilotos de nível internacional”.

Stock Car volta a circuitos icônicos — Cascavel substituirá Brasília no calendário uma vez que a reforma no circuito da Capital Federal não estará pronta a tempo para a realização da quarta etapa. A pista paranaense, que volta a ser destaque no calendário por oferecer trechos de alta velocidade, sediou uma prova da Stock pela última vez em 2021. Já o público de Brasília poderá assistir a uma prova da Stock Car in loco no dia 26 de novembro, data da 11ª etapa, mantida no calendário diante da garantia pela empresa responsável de que a obra estará finalizada.

Com um toque bastante emocional para os fãs da categoria, o retorno da Stock ao Autódromo Internacional de Tarumã, em Vião, na Grande Porto Alegre, terá significado especial: foi lá que, em 1979, nasceu a principal categoria do automobilismo brasileiro. Mas a Stock não compete em Tarumã desde 2017, quando disputou sua mais recente corrida na pista gaúcha. Em 2019, inclusive, a Stock decidiu realizar a prova comemorativa de seus 40 anos no Velopark, mantendo a festa em território gaúcho, já que Tarumã precisaria passar por obras de atualização, o que só foi alcançado recentemente. Tarumã seria a terceira etapa de 2023.

A Stock Car Pro Series disputará a segunda etapa da temporada 2023 no próximo dia 23 de abril, em Interlagos. Confira o calendário:

Stock Car Pro Series

2ª – 23/04 – Interlagos (SP); 3ª – 21/05 – Tarumã (RS); 4ª – 18/06 – Cascavel (PR); 5ª – 09/07 – Interlagos (SP); 6ª – 06/08 – Velocitta (SP); 7ª – 27/08 – Goiânia (GO); 8ª – 17/09 – Velopark (RS); 9ª – 08/10 – Buenos Aires (Argentina); 10ª – 29/10 – Velocitta (SP); 11ª – 26/11 – Brasília (DF); 12ª – 17/12 – Interlagos (SP).



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> | [leiloes-publicidade-legal](https://www.jornalodiasp.com.br/)

Jornal O DIA SP

QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2023
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Página 7

ORIZON BIOMETANO PAULINIA LTDA.											
CNPJ: 46.698.808/0001-95											
Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)				Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	2022	2021			2022	2021			2022	2021	
Circulante											
Aplicações financeiras	315	-			18.741	-					
Contas a receber de clientes	19.452	-			(1.315)	-					
Total do ativo circulante	19.767	-			17.426	-				(19.452)	-
Não circulante											
Partes relacionadas	14.540	-				-			1.315	-	
Imobilizado	30.210	-			17.154	-			982	-	
Total do ativo não circulante	44.750	-				-			14.856	-	
Total do ativo	64.517	-				-			14.855	-	
Passivo	2022	2021			2022	2021					
Circulante											
Fornecedores	31.525	-			17.154	-					
Impostos e contribuições a recolher	982	-				-					
Adiantamentos de clientes	14.856	-			17.154	-					
Total do passivo circulante	47.363	-				-					
Patrimônio líquido											
Reservas de lucros	17.154	-									
Total do patrimônio líquido	17.154	-									
Total do passivo e do patrimônio líquido	64.517	-									
Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80				Jesse Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41							



AGU pagará indenização à família de catador morto em operação militar

A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou na quarta-feira (12) que fechou um acordo para pagamento de indenização à família do catador Luciano Macedo, morto por militares do Exército durante uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, em 2019.

De acordo com o órgão, o acordo foi homologado na terça-feira (11) pela Justiça Federal e prevê pagamento total de R\$ 841 mil.

O valor foi dividido da seguinte forma: R\$ 493 mil serão destinados à mãe de Luciano, Aparecida Macedo; R\$ 123,2 mil para cada uma das três irmãs; R\$ 21,7 mil de pensão vitalícia atrasada; R\$ 3,5 para pagamento de despesas com funeral e R\$ 76,4 mil para honorários advocatícios.

Segundo a AGU, está em andamento um acordo nos mesmos moldes com familiares do músico Evaldo Santos, que também morreu durante o episódio.

Luciano e Evaldo foram mortos durante operação na qual militares buscavam autores de um roubo e dispararam contra o carro onde estava Evaldo, um Ford Ka branco. O sogro do músico foi ferido na ação, enquanto sua mulher, seu filho e uma amiga que também estavam no veículo não foram atingidos. O catador Luciano foi baleado ao tentar socorrer Evaldo e morreu 11 dias depois no hospital. (Agência Brasil)

Balanco patrimonial em 31/12/2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
Ativo	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Aplicações financeiras	-	-	315	-
Contas a receber de clientes	-	-	19.452	-
Total do ativo circulante	-	-	19.767	-
circulante				
Partes relacionadas	-	-	14.540	-
Investimento				
Imobilizado	17.154	-	30.210	-
Total do ativo não circulante	17.154	-	44.750	-
Total do ativo	17.154	-	64.517	-
Passivo	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Fornecedores	-	-	31.525	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-	982	-
Ajudaamentos de clientes	-	-	14.856	-
Total do passivo circulante	-	-	47.363	-
Patrimônio líquido				
Reservas de lucros	17.154	-	17.154	-
Total do patrimônio líquido	17.154	-	17.154	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	17.154	-	64.517	-

Leonardo Roberto Pereira dos Santos

Diretor - CPF 218.498.438-80

Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	-	-	18.741	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.315)	-	-
Lucro bruto	-	-	17.426	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	17.154	-	-	-	-
Lucro antes do IR e CS	17.154	-	17.426	-	-
IR e CS	-	-	(272)	-	-
Lucro líquido do exercício	17.154	-	17.154	-	-
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)					
			2022	2021	
Lucro líquido do exercício			17.154	-	
Outros resultados abrangentes			-	-	
Total do resultado abrangente do exercício			17.154	-	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)					
			Lucro acumulado	Total	
Lucro líquido do exercício			17.154	17.154	
Saldo em 31 de dezembro de 2022			17.154	17.154	

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	17.154	-	17.154	-
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais	(17.154)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial				
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(19.452)	-
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	1.315	-
Impostos e contribuições a recolher	-	-	982	-
Adiantamento de clientes	-	-	14.856	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	-	14.855	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	(315)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(315)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	-	-	(14.540)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-	(14.540)	-
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	-	-
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-

**Jornal
ODIASP**

<

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2013 PROCESSO Nº 1063679-10 DE 26.01/2010 AMM JUIZADO de Direito do 5ª Vara Civil do Foro Regional VII – Itaipava – Estado de São Paulo, Dra. Ana Carolina Vaz Pacheco de Castro, na forma da Lei, etc. FAF SABER a todos que o presente Edital tem por objeto a contratação de empresa que lhe for proposta uma ação de prestação de serviços Cumulada com Ressarcimento de Danos por parte de Syntre Ambrosia Ltda. e de recursos humanos para desempenhar a função de administrador do imóvel situado na Av. Amoredo, 146 apto. 12, Cidade Satélite São Paulo/SP, de sua propriedade, em razão do contrato de administração celebrado pelas partes em 06/03/2010. Visa a autora que se sejam prestados os serviços contratados, a Syntre Ambrosia Ltda. poderá obter vantagens econômicas e comerciais para si e para os atos e termos da ação proposta e para preslar as condições nos termos do art.550, do NCCP, ou contestar o lito pelo prazo de 15(quinze) dias úteis que fluirá após o decurso do prazo do presente edital em conformidade com o artigo 335 do NCCP. Não havendo proposta, a licitação será cancelada e a ação proposta será julgada improcedente. O Edital será publicado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de setembro de 2012. 12.12.12

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.651/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 481ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 481ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO** CVM nº 15.424/2017, inscrita no CNPJ nº 08.769.651/0001-08, inscrita no NIRE nº 35.300.340.949, sob o CVM nº 04533-004 ("CRI", "Títulos das CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente) a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em **2 de maio de 2023 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim, de conforme cláusula 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão elaborado em 13 de abril de 2022, ("**Termo de Securitização**"), para deliberar sobre: a) Aprovar ou não a decretação do Resgate Antecipado Compulsório Automático das Notas Comerciais e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 6.1.1 do "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, Não Conversíveis em Participação Societária, com Garantia Real e Fidejussória, Emitidas em Série Única, Destinada para Cotação Privada, da Cia Agropastoril Vale do Paraíba S.A. ("Termo de Emissão") e b) Autorizar a emissão de uma nova série de CRI da Cia Agropastoril Vale do Paraíba S.A. ("Emissão") e efetuar a recomposição do "Mínimo do Fundo de Reserva" prevista nas 11.3.6.1 do Termo de Emissão e 5.8 do Termo de Securitização; b) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima, bem como ratificar a contratação de assessor legal, utilizando-se dos recursos disponíveis no Fundo de Despesas da Emissão, nos termos do material de apoio disponível no site da Emissora. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo-inc.com; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deve registrar, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 16.4 do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas em primeira convocação por Titulares dos CRI, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) mais 01 (um) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 16.4 do Termo de Securitização e 16.4.1 do Termo de Emissão. A Assembleia em primeira convocação, em primeira convocação, será realizada em 2 de maio de 2023 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link acessível a ser disponibilizado pela Emissora através Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [gستا@virgo-inc.com](mailto:gesta@virgo-inc.com) com cópia para juridico@virgo-inc.com e ao Agente Fiduciário para af.assembleias@oliveiratrust.com.br preferencialmente em 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a presença da Emissora, com cópia a Agência Fiduciária, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo-inc.com>) e através do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela PCP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados

CKPAR Participações Societárias S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Notas	2022	2021		
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	109	99		
Tributos a recuperar	4	17	12		
Outros créditos		4	-		
Total do ativo circulante		130	111		
Ativo não circulante					
Investimento	5	148.023	128.022		
Total do ativo não circulante		148.023	128.022		
Total do ativo		148.153	128.133		
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Salários e encargos sociais a recolher		2	2		
Partidas relacionadas	6	1.600	300		
Total do passivo circulante		1.602	302		
Provisão para perdas com investimentos	5	1.111	1.315		
Total do passivo não circulante		1.111	1.315		
Patrimônio líquido					
Capital social	7.1	120.425	96.801		
APAC		1.161	-		
Reserva Legal	7.2	1.922	1.444		
Reservas de lucros	7.3	21.932	28.271		
		145.440	126.516		
Total do passivo e patrimônio líquido		148.153	128.133		
Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Recetas/(despesas) operacionais					
Gerais e administrativas		(68)	(141)		
Ganhos e perdas		(2)	-		
Resultado de equivalência patrimonial		9.615	20.597		
Resultado líquido e pela Lei nº 6.404/76 e seus alterações posteriores		9.545	20.596		
Despesas financeiras		(12)	(9)		
Recargas financeiras		28	10		
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		9.561	20.597		
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-		
Lucro líquido do exercício		9.561	20.597		
Lucro líquido por ação		2,03	4,68		
Demonstrações do resultado abrangente					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
		2022	2021		
Lucro líquido do exercício		9.561	20.597		
Total do resultado abrangente do exercício		9.561	20.597		
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)					
1. Contexto operacional: A CKPAR Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações registrada no CNPJ nº 16.040.768/0001-00, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação societária, compra, venda, locação, arrendamento, desmembramento e loteamento de imóveis, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, podendo praticar todos e quaisquer atos diretamente se relacionarem com tais.					
2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis: As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de março de 2023.					
3. Caixa e equivalentes de caixa					
		2022	2021		
Bancos		-	4		
Aplicações financeiras		109	95		
		109	99		
4. Tributos a recuperar					
		2022	2021		
IRPJ a recuperar		15	2		
CSLL a recuperar		-	-		
IRPJ a recuperar PER/DOCOMP		2	10		
		17	12		
5. Investimentos: a) Composição e natureza					
		2022	2021		
Asperlins Imp. e Exp. Ltda. (i)		(1.111)	(1.315)		
Abitte Empreendimentos e Urbanismo Ltda.		11.228	7.786		
Greenplan: Tecnologia Indl. e Agron. Ltda. (iii)		136.795	120.161		
		146.912	126.707		
(i) Corresponde a 15% do capital da referida investida, a qual possui como objeto social e atividade preponderante, direta ou indireta, ou pela participação em outras empresas, atividades de comercialização, importação e exportação de máquinas e equipamentos, produtos agropecuários (implementos agrícolas, lulas, mudas, sementes, defensivos agrícolas e insumos em geral, etc.) e industriais em geral, desenvolvimento de projetos e instalações industriais, nacionais e internacionais, consultoria e serviços em tecnologia de gestão industrial e agropecuária, serviços de engenharia (topográficos, geodésicos, estudos, projeto, direção, construção em geral, obras particulares no saneamento urbano e rural, serviços de urbanismo, perfuração, restauração e mineração), gerenciamento e fiscalização de obras; (ii) Corresponde a 14,95% do capital da referida investida, a qual possui como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras empresas, atividades de comercialização, importação e exportação de					
A Diretoria					

CNPJ 07.896.414/0001-90

Demonstrações Financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social a	Capital inte	Adiantamento	Re-	Lucros								
	gralizer	gralizer	para futuro	serviços	reservas	(Prejuízos)	de acua-						
			de capital	lucros	de acua-	mulados	mentos						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96.801	(328)	-	414	9.504	-	-	-	-	-	-	-	106.391
Integração de capital	-	328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	328
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(800)	-	-	-	-	-	-	-	(800)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	20.597	-	-	-	-	-	-	20.597
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	1.030	(1.030)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	-	19.567	(19.567)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	96.801	-	-	1.444	28.271	-	-	-	-	-	-	-	126.516
Ajuste de exercícios	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Aumento de capital	23.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.624
Integração de capital com reserva de lucros	-	-	-	-	(15.420)	-	-	-	-	-	-	-	(15.420)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.161	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.161
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	9.561	-	-	-	-	-	-	9.561
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	478	(478)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	-	9.083	(9.083)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.425	-	-	1.161	1.922	21.932	-	-	-	-	-	-	145.440

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021						2022	2021				
Lucro líquido do exercício	9.561	20.597	Caixa líquido das atividades de investimento					(10.594)					889
Ajustes que não afetam caixa	-	-	Das atividades de financiamento (com cotistas e com terceiros)					1.300					300
Dividendos desproporcionais	2	-	Contrato de mútuo					1.300					300
Resultado de equivalência patrimonial	(9.615)	(20.737)	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)					1.161					(1.035)
	(52)	(140)	Aumento de capital social					8.204					328
Decréscimo nos ativos e passivos operacionais	-	-	Juros sobre capital próprio					-					(800)
Impostos a recuperar	(5)	53	Caixa líquido das atividades de financiamento com acionistas					10.665					(1.207)
Salários e encargos sociais	-	1	Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa					10					(404)
Outros créditos	(4)	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					99					503
Caixa gerado das operações	(61)	(86)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					109					99
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa					10					(404)
Das atividades de investimento	-	-											
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.598)	(1)											
Distribuição de lucros	4	-											
Juros sobre capital próprio	-	890											

portação de máquinas, equipamentos, produtos agropecuários (implementos agrícolas, mudas, sementes, defensivos agrícolas e insumos em geral, etc.) e industriais em geral, desenvolvimento de projetos e instalações industriais, nacional e internacional, consultoria e serviços em tecnologia de gestão industrial e agropecuária, serviços de engenharia (topográficos, geodésicos, estudos, projeto, direção, construção em geral, obras particulares ao saneamento urbano e rural, serviços de urbanismo, perfuração, restauração e mineração), gerenciamento e fiscalização de obras; (iii) Corresponde a 15% do capital social da referida investida, a qual possui como objeto social a comercialização, importação e exportação de máquinas, equipamentos, produtos agropecuários

	Saldos em 31/12/20	Adi- cionais	Divi- dendos	Ajuste	Equiv. de caixa	Amort. de ativos	Saldos em 31/12/21
Asperbras Imp e Exp. Ltda. (i)	(1.478)	-	-	-	-	-	(1.478)
Abitte Empreend. e Urbanismo Ltda.	6.424	1	-	-	416	1.035	7.876
Greenplac Tecnologia Indl. e Agron. Ltda.	100.878	(890)	-	-	20.158	-	120.146
	105.824	1	(890)	-	20.737	1.035	126.707

	Saldos em 31/12/21	Adi- cionais	Divi- dendos	Ajuste	Equiv. de caixa	Amort. de ativos	Saldos em 31/12/22
Movimentação	(1.315)	-	-	-	206	-	(1.111)
Asperbras Imp. e Exp. Ltda. (i)	7.876	-	(4)	(1)	2.347	11.228	20.146
Abitte Empreend. e Urbanismo Ltda.	120.146	-	-	-	8.398	8.251	136.795
Greenplac Tecnologia Indl. e Agron. Ltda.	126.707	-	(4)	4	9.615	10.598	146.912

(i) O saldo foi transferido para o passivo na rubrica referente a provisão para perdas com investimentos

6.2. Contrato de mútuo: 6.1. Contrato de mútuo: Os seguintes saldos estavam em aberto no final do período:

	2022	2021						2022	2021				
	Não Circu- cular	Não Circu- cular						Não Circu- cular	Não Circu- cular				
Passivo													
José Mauricio Caldeira	800.002,69	100.002,69						800.002,69	100.002,69				
Geraldo Antonio Kulaf	-	44.662,02						-	55.332,60				
Geraldo Hipolyto Kulaf	800.002,69	100.002,69						800.002,69	100.002,69				
Rita de Cassia Wenceslau	1.600.005,38	300.000,00						1.600.005,38	300.000,00				

(a) Saldo refere-se a mútuo celebrado entre as partes.

6.2. Remuneração dos Administradores: Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou aos Administradores honorários no montante de R\$ 18 (R\$ 18 em 2021). A remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é composta por:

	2022	2021						2022	2021				
Pró-labore e encargos	-	18						-	18				

7. Patrimônio líquido: 7.1. Capital social: O capital social totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 120.425 representado por 4.710.150 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social era de 96.801 representado por 4.417.150 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com saldo de R\$ 328 a integralizar. O capital social é composto como segue:

	% 2022	% 2021	2022	2021									
RM Agribusiness e Investimentos	69,65	66,67	83.992	64.536									
Geraldo Antonio Kulaf	3,55	18,89	3.181	10.076									
Geraldo Hipolyto Kulaf	-	18,44	-	22.238									
Asperbras Brasil	26,85	-	33.262	-									
	100,00	100,00	120.425	96.801									

Patricia Pansanoto Garcia Pagani - Contadora - CRC 1SP 202326/O-4

29 - LOTE
MEMORIAL PARQUE DAS CEREJEIRAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

REPRESENTAÇÃO ECUMÊNICA DE SÃO PAULO, portadora do CNPJ nº 00.000.699/00-00, entidade mantenedora do cemitério Memorial Parque das Cerejeiras, comunicada pela sua procuradora CEREREJAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, situada neste Capital, à Rua São Benedito, nº 1.741 - CEP 04735-870 - Alto da Boa Vista, Município de São Paulo - SP, farão os seguintes contratos, assinados e firmados interessados, abaixo relacionados, que, em conformidade com o disposto nos artigos 1º e 2º dos Contratos de Locação de Imóveis e no artigo 17º do Regulamento do Cemitério Municipal de São Paulo, foram celebrados entre as partes, para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos restos mortais que se encontram sepultados e inhumados nas respectivas gavetas sendo examinadas e guardados em ossário geral, se não reclamados no prazo de 30 (trinta) dias contados da presente. Contrato 33605, DOMINGOS JOSE DE SANTANA, sepultado (a) MARCELA BISPO DOS SANTOS, data do sepultamento 28/05/2015, gaveta 01, quadra 09, jazigo 3197. Contrato 42510, CREMLINDA DOMINGOS VITAL FONSECA, exumado (a) GILBERTO DOS SANTOS FONSECA, data do sepultamento 07/12/2020, gaveta 01, quadra 02, jazigo 4449-S. Contrato 979, IRACEMA APARECIDA DA SILVA OI sepultado (a) ANTONIO JUSTINO DA SILVA, data do sepultamento 28/11/2013, gaveta 01, quadra 07, jazigo 2919. Contrato 9799, IRACEMA APARECIDA DA SILVA OI, sepultado (a) EPONINA JOVELINHA DA SILVA, data do sepultamento 11/09/2017, gaveta 02, quadra 07, jazigo 2919. Contrato 9882, VANDERLEIDSON DOS SANTOS, sepultado (a) ANTONIO JOSÉ BARROSA DA SILVA, data do sepultamento 13/02/2021, gaveta 02, quadra 07, jazigo 899. Contrato 9882, VANDERLEIDSON DOS SANTOS, sepultado (a) WAGNER JUVENAL DOS SANTOS, data de sepultamento 16/05/1999 gaveta 03, quadra 07, jazigo 899. Contrato 5421, EDMAR DASILVA VEIRA, sepultado (a) EMÍLIO ARISTIDES DA SILVA, data de sepultamento 11/11/2000, gaveta 02, quadra 07, jazigo 703. Contrato 5421, EDMAR DASILVA VEIRA, sepultado (a) JANIVALDO ALEXANDRE DOS SANTOS, data de sepultamento 21/05/1997, gaveta 01, quadra 07, jazigo 703. Contrato 5421, EDMAR DA SILVA VEIRA, sepultado (a) JULGA FIGUEIRO DA SILVA, data de sepultamento 18/08/2001, gaveta 03, quadra 07, jazigo 703. Contrato 5245, NATAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, sepultado (a) JAIR DE OLIVEIRA, data de sepultamento 18/09/2017, gaveta 06, quadra 02, jazigo 616. Contrato 5245, NATAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, sepultado (a) JOSE BARBOZA DE OLIVEIRA, data de sepultamento 18/09/2017, gaveta 06, quadra 02, jazigo 616. Contrato 5245, NATAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, sepultado (a) MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, data de sepultamento 18/09/2017, gaveta 06, quadra 02, jazigo 616. Contrato 5245, NATAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, sepultado (a) MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA, data de sepultamento 18/09/2017, gaveta 06, quadra 02, jazigo 616. Contrato 5245, NATAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, sepultado (a) MATEUS LAZAR DE OLIVEIRA, data de sepultamento 18/09/2017, gaveta 06, quadra 02, jazigo 616. Contrato 5245, NATAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, sepultado (a) THAIS VIVA DE OLIVEIRA, data de sepultamento 18/09/2017, gaveta 06, quadra 02, jazigo 616. Contrato 5714, JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA, sepultado (a) JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, data de sepultamento 14/06/2005, gaveta 01, quadra 9, jazigo 1922. Contrato 5714, JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA, sepultado (a) MARIA ETELVINA DE MATOS, data de sepultamento 23/12/2005, gaveta 02, quadra 9, jazigo 1922. Contrato 41608, JOSE RAFAEL CAMELO, exumado (a) MARIA LUZIA DA COSTA CAMELO, data de sepultamento 13/03/2020, gaveta 08, quadra 02, jazigo 4303-S, Contrato 00275541, ROGERIO GOMES DOS DIAS, exumado (a) MIGUEL ESQUELI DA SILVA, data de sepultamento 02/03/2008, gaveta 03, quadra 10, jazigo 845. Contrato 42702, ROGERIO GOMES DOS DIAS, exumado (a) MIGUEL ESQUELI DA SILVA, data de sepultamento 02/03/2008, gaveta 03, quadra 10, jazigo 845. Contrato 42702, ROGERIO GOMES DOS DIAS, sepultado (a) JURACY APARECIDO FERREIRA DA SILVA, data de sepultamento 19/09/2019, gaveta 01, quadra 06, jazigo 383. Contrato 583, CICERO JUVENTIVO DA SILVA, sepultado (a) ARTUR JUVENTIVO DA SILVA, data de sepultamento 08/10/2006, gaveta 02, quadra 06, jazigo 431. Contrato 583, CICERO JUVENTIVO DA SILVA, sepultado (a) JOAO JUVENTIVO DA SILVA, data de sepultamento 10/04/2007, gaveta 03, quadra 06, jazigo 431. Contrato 583, CICERO JUVENTIVO DA SILVA, sepultado (a) MARIA JOSE DE FRANCA SILVA, data de sepultamento 09/07/1996, gaveta 01, quadra 06, jazigo 431. Contrato 8056, ALESSANDRO MATOS ALEIXO DE JESUS, exumado (a) ISRAEL ALEIXO DE JESUS, data de sepultamento 14/12/2007, gaveta 03, quadra 06, jazigo 69. Contrato 8056, ALESSANDRO MATOS ALEIXO DE JESUS, exumado (a) ROQUE ALEIXO DE JESUS, data de sepultamento 14/12/2007, gaveta 03, quadra 06, jazigo 69. Contrato 8056, ALESSANDRO MATOS ALEIXO DE JESUS, exumado (a) MACIEL HERCULANO COSTA, data de sepultamento 10/08/2017, gaveta 03, quadra 06, jazigo 69. Contrato 8056, ALESSANDRO MATOS ALEIXO DE JESUS, exumado (a) MACIEL HERCULANO COSTA, data de sepultamento 10/08/2017, gaveta 03, quadra 06, jazigo 69. Contrato 8056, ALESSANDRO MATOS ALEIXO DE JESUS, sepultado (a) TEZEZA ALEIXO DE JESUS, data de sepultamento 04/07/2000, gaveta 02, quadra 06, jazigo 69. Contrato 39842, ROBÉRIO COSTA DO NASCIMENTO, sepultado (a) EDELLSON SILVESTRE COSTA, data de sepultamento 21/06/2018, gaveta 01, quadra 69, jazigo 3403. Contrato 34107, CARLA ELANE GOMES MARCELINO E OU, sepultado (a) ELIZETE GOMES MARTINS MARCIANO, data de sepultamento 04/09/2015, gaveta 01, quadra 02, jazigo 3130. Contrato 38002, VENCERLINA TELES SANTOS DA CRUZ E OU, sepultado (a) NATIMORTO, data de sepultamento 11/04/2017, gaveta 01, quadra 02, jazigo 1108. Contrato 00033681T, MICHELLE NADIA DE PAIVA, sepultado (a) FRANCISCO VALMIR DE PAIVA, data de sepultamento 27/02/2017, gaveta 01, quadra 02, jazigo 3688. Contrato 00035511T, ANDREA AREIAS DOS SANTOS E OU, sepultado (a) MIGUEL AREIAS DOS SANTOS, data de sepultamento 21/03/2015, gaveta 01, quadra 03, jazigo 4417. Contrato 5121, MARCELO MARTINS MARQUES E OU, exumado (a) GERARDO MARTINS MARQUES, data de sepultamento 08/11/2005, gaveta 02, quadra 07, jazigo 1921. Contrato 5121, MARCELO MARTINS MARQUES E OU, sepultado (a) MARIA DE LOURDES AP.FEITAS MARQUESData do sepultamento 20/07/2004, gaveta 01, quadra 07, jazigo 1921. Contrato 26243, REINALDO FELIPE DOS SANTOS E OU, sepultado (a) MARIA TEREZA DANTAS SANTOS, data de sepultamento 16/12/2013, gaveta 07, quadra 10, jazigo 3217. Contrato 33213, MARIA LUIZ MARTINS E OU, sepultado (a) RUBENS ANTONIO MARTINS CASSIANO, data do sepultamento 26/03/2015, gaveta 01, quadra 03, jazigo 4411. Contrato 40314, GEIZA MARIA PEREIRA ALVES DOS SANTOS E Oseppulado (a) SERAFIM PEREIRA DA SILVA, data do sepultamento 19/01/2019, gaveta 01, quadra 02, jazigo 3939. Contrato 40346 OSNIR ANTONIO DA SILVA SEPULTADO (a) SONIAMARIA MARQUES, data do sepultamento 14/06/2018, gaveta 08, quadra 2 jazigo 4464. Contrato 5380 RAYMOND CORREA DE SOUZA, sepultado (a) MARCELO CRESTANI DE OLIVEIRA, data de sepultamento 2/05/2016, gaveta 01, quadra 25, jazigo 245. Contrato 5380 RAPHAEL CORREA DE SOUZA, sepultado (a) ODETE CORREA DE SOUZA, data do sepultamento 30/01/1995, gaveta 03, quadra 06 jazigo 245. Contrato 41684 LEANDRO PONCIAVAL ALVES E OU, sepultado (a) CARLOS HENRIQUE ROBERTO DA SILVA, data do sepultamento 07/04/2020, gaveta 01, quadra 04 jazigo 2533. Contrato 33516 VINICLENIA LIMA FERREIRA OU, sepultado (a) VANILDALO BRAZ DOS SANTOS, data do sepultamento 12/05/2017, gaveta 01, quadra 02 jazigo 1814. Contrato 33548 GISELE SOUZA DE OLIVEIRA, sepultado (a) NEUZAMARTINS DE SOUZA, data do sepultamento 29/06/2017, gaveta 01, quadra 02, jazigo 1352. Contrato 41807 JOSE ERALDO DA SILVA, sepultado (a) TEDDIO JULIO DA SILVA, data do sepultamento 01/02/2020, gaveta 5 jaziga 02 jazigo 4752. Contrato 36193 HELIO BARBOSA DA SILVA, sepultado (a) TEREZA BARBOSA DA SILVA, data do sepultamento 31/07/2017, gaveta 01, quadra 01 jazigo 5042. Contrato 25240 ADAILAVS MARQUES, sepultado (a) ELIZABETH MARQUES MARQUES, data do sepultamento 24/08/2015, gaveta 01, quadra 09 jaziga 794. Contrato 19790 ALLAN HENRIQUES SILVEIRA, sepultado (a) MARIA JOSE HENRIQUES SILVEIRA, data do sepultamento 07/01/2014, gaveta 01, quadra 09 jazigo 4285. Contrato 19790 ALLAN HENRIQUES SILVEIRA, sepultado (a) MARIA IZABEL HENRIQUES GOULART, data do sepultamento 12/03/2014, gaveta 02, quadra 09 jazigo 4285. Contrato 39190 CIBELE LIMA DE MORAIS, sepultado (a) EUCLIDES DE MORAIS, data do sepultamento 19/06/2017, gaveta 06, quadra 01, jazigo 2626. Contrato 37498 COSSINE PEREIRA DE MOURA, sepultado (a) LUISA CATARINA BAZ MARTINS, data do sepultamento 11/03/2017, gaveta 01, quadra 02 jazigo 4760. Contrato 17709 DONIZETE APARECIDA DA ROCHA, sepultado (a) ELEI JOAQUIM DE LIMA ROCHA, data do sepultamento 19/06/2017, gaveta 02, quadra 10 jazigo 1450. Contrato 17709 DONIZETE APARECIDA DA ROCHA, sepultado (a) JOSE DE SAUES DAROCHA, data do sepultamento 01/08/2016, gaveta 01, quadra 10 jazigo 4507. Contrato 22378 MARILENE MARIA DE SOUZA E OU, sepultado (a) JOSE DE SAUES DAROCHA, data do sepultamento 07/07/2011, gaveta 06, quadra 10 jazigo 4999-S. Contrato 22555 CAMILA CRISTINA DA CONCEIÇÃO SOUZA, sepultado (a



Justiça autoriza empresa Oi a obter financiamento de US\$ 275 milhões

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES



ESTEIO-ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A.

Rua Dr. Reynaldo Machado nº 1.151 - Prado Velho
CURITIBA-PARANÁ
CNPJ/MF nº 76.650.191/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem o grato prazer de submeter à apreciação de V.s.ªs, as contas relativas ao Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que entendam necessários.

É com satisfação que comunicamos aos senhores acionistas e colaboradores que em 2022, mantivemos um ritmo expressivo de trabalho, em que pese o cenário econômico-financeiro inquieto e inseguro, conseguimos manter o ritmo normal de trabalho no ano de 2022, esperando que, possamos manter em patamares elevados e em performance de resultados financeiros em níveis elevados, reafirmando nosso propósito de manutenção do pessoal do quadro diretivo e operacional.

Para 2023, ainda que diante de expectativas de incerteza nos cenários econômico-financeiro e político, a Administração reitera seu compromisso com a obtenção de melhores resultados para a Empresa, além da confiança na retomada do crescimento do País, em especial a recuperação do setor de infraestrutura reafirmando a convicção de construir uma ESTEIO mais eficiente.

Finalizamos agradecendo a dedicação, a competência, o profissionalismo e o comprometimento de toda a nossa força de trabalho a verdadeira força motriz desta Empresa, bem como o constante apoio dos nossos clientes e fornecedores cuja parceria, envolvimento e confiança são fundamentais para o sucesso da ESTEIO.

Curitiba, 31 de dezembro de 2022
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	6.662.013,91	2.590.329,00	Fornecedores	1.494.180,80	828.956,28
Contas a Receber de Clientes	29.800.938,93	28.247.275,06	Obrigações Fiscais e tributárias	13.306.501,00	10.730.543,65
Impostos e Contribuições a Compensar	848.282,05	1.462.119,88	Adiantamentos de Clientes	8.268,01	8.268,01
Créditos a Receber de Terceiros	15.096.927,90	19.627.572,87	Salários a Pagar	1.265.307,99	416.167,13
Conta corrente Consórcios	4.889.788,36	2.842.774,34	Provisões e encargos sociais trabalhistas	580.538,89	551.303,38
NÃO CIRCULANTE	28.322.815,36	22.235.670,15	Financiamentos	237.258,17	594.278,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.753.519,89	7.660.012,60	Conta corrente Consórcios	1.459.468,71	1.037.263,23
Empréstimos Compulsórios	597.034,92	597.034,92	NÃO CIRCULANTE	24.367.668,11	24.079.275,34
Depósitos Judiciais	1.057.236,13	962.036,30	Provisão para Contribuição Social	346.400,00	519.600,00
Empréstimos a pessoas ligadas	6.099.248,84	6.100.941,38	Provisão para Imposto de Renda	653.600,00	980.400,00
PERMANENTE	20.569.295,47	14.575.657,55	Obrigações com a controladora	54.391,23	54.391,23
INVESTIMENTOS	1.727.170,28	1.447.637,28	Financiamentos	23.313.276,88	22.524.884,11
Participações em outras Sociedades	1.722.011,45	1.442.478,45	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.901.574,83	38.759.686,26
Incentivos Fiscais	5.158,83	5.158,83	Capital Social	12.000.000,00	12.000.000,00
IMOBILIZADO	18.842.125,19	13.128.020,27	Reserva Legal	2.400.000,00	2.400.000,00
Aeronaves	996.186,36	1.106.889,31	Reserva de Lucros	11.506.230,14	11.713.402,00
(-) Depreciação	(585.032,76)	(710.842,87)	Distribuição Participação Consórcio	16.995.344,69	12.646.284,26
Imóveis - Edificações	4.093.979,51	4.093.979,51			
Veículos	10.072.824,41	9.788.787,18			
Equipamentos Técnicos	51.150.201,69	41.291.687,06			
Móveis, Utensílios e Instalações	839.192,97	839.192,97			
Marcas e Patentes	1.220,54	1.220,54			
Direito de uso de Sistemas	3.765.517,96	5.230.229,17			
Direito sobre Telefones	45.785,07	45.785,07			
(-) Depreciação/amortização acumulada	(51.537.750,56)	(48.558.907,67)			
TOTAL DO ATIVO	85.620.766,51	77.005.741,30	TOTAL DO PASSIVO	85.620.766,51	77.005.741,30

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	67.304.041,63	44.710.993,09
RECEITAS DE VOO	394.044,41	261.769,08
OUTRAS RECEITAS	66.909.997,22	44.449.224,01
(-) Impostos sobre serviços	-5.922.010,01	(2.388.014,28)
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61.382.031,62	42.322.978,81
(-) Custos dos Serviços Aéreos	(1.078.339,77)	(1.117.083,32)
Tripulantes	(322.639,65)	(348.285,83)
Combustível	(265.589,88)	(304.834,03)
Depreciação	(74.432,07)	(81.761,94)
Manutenção	(240.184,58)	(231.183,88)
Arrendamentos	(161.933,90)	(136.628,58)
Tarifas de Auxílio à Navegação	(5.715,66)	(4.937,79)
Tarifas Aeroportuárias	(7.844,03)	(9.451,27)
(-) Outros Custos dos Serviços Prestados	(44.278.365,87)	(26.067.212,03)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	16.025.325,98	15.138.683,46
(-) Honorários da Diretoria	(408.905,00)	(351.155,00)
(-) Despesas Tributárias	(626.085,56)	(514.188,96)
(-) Despesas Administrativas	(5.144.446,82)	(3.718.470,08)
(+) Receitas Financeiras	165.358,28	106.556,87
(-) Despesas Financeiras	(3.886.873,45)	(2.466.839,80)
(+) Variações Monetárias Ativas	6.156.074,62	3.000.191,67
(=) Resultado Operacional	12.280.448,05	11.194.778,16
(+) Receita não operacional	291.033,92	52.590,00
(+) Reversão das Provisões	1.500.000,00	2.000.000,00
(=) Lucro antes da Provisão para CS e IR	14.071.481,97	13.247.368,16
(-) Provisão para Contribuição Social	(878.140,88)	(842.709,68)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(1.533.120,95)	(1.832.386,01)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.660.220,14	10.572.272,47
LUCRO POR AÇÃO	0,9717	0,8810

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não

temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 02 de abril de 2023

Leila Maria Mariotto dos Santos
CRC PR-029978/O-6
Auditora

DIRETORIA

Carlos Valério Avas da Rocha
Diretor Presidente

Carlos Lucidório Trindade
Diretor Financeiro

Sonia Graziela Pedrini
Contadora
CRC – 054120-O-0

A Justiça do Rio de Janeiro deferiu pedido da empresa de telefonia Oi S.A. para realizar operação de financiamento DIP no valor total de US\$ 275 milhões. A decisão é do juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. DIP é uma modalidade de novo financiamento para uma empresa que está em processo de recuperação judicial. O recurso emergencial tem por finalidade garantir o financiamento das operações da empresa, que passa por uma segunda recuperação judicial, até a deliberação e aprovação do Plano de Recuperação Judicial. A decisão é de segunda-feira (10), mas foi divulgada na quarta-feira (12).

De acordo com a proposta aprovada, o DIP emergencial será dividido em parcela inicial de US\$ 200 milhões, e uma segunda parcela de US\$ 75 milhões. O prazo de vencimento previsto é de 15 meses, tendo como garantia a alienação fiduciária de ações de titularidade da Oi S.A.

“Devido à justificada urgência e estando atendidos os requisitos do art. 69-A da Lei 11.101/2005, defiro a autorização para contratação e formalização do Financiamento DIP Emergencial, bem como para constituição de alienação fiduciária sobre as ações de titularidade da Oi S.A”, escreveu o juiz Fernando Ferreira Viana na decisão. O magistrado determinou ainda que “as recuperandas prestem contas nos autos dos valores objeto do financiamento captado em seu caixa, sob a fiscalização direta do Administrador Judicial, sob pena de imediato bloqueio judicial.”

Ao deferir o pedido de financiamento, o juiz considerou o risco apresentado pela companhia de interromper suas atividades já neste mês de abril por falta de aporte financeiro. “As recuperandas afirmam que no mês de abril, o caixa do Grupo Oi poderá atingir nível incompatível com a gestão responsável de uma empresa desse porte, com possível impacto na manutenção regular de suas atividades”.

Recuperação judicial

Depois de mais de seis anos de negociações com credores, a recuperação judicial da operadora de telefonia Oi chegou ao fim em dezembro de 2022. Na decisão, o juiz Fernando Viana escreveu que o plano de recuperação judicial foi o maior da história do país e um dos processos do tipo mais extensos em todo o mundo. “Chega ao fim o mais impactante e relevante processo de recuperação judicial do judiciário brasileiro, e um dos casos mais complexos do mundo jurídico contemporâneo”, afirmou o magistrado no texto. (Agência Brasil)

ATAS BA-
LANÇOS
EDITAIS
LEILÕES

Ministra destaca volta do país ao protagonismo de políticas ambientais

De janeiro a março deste ano, as multas por desmatamento e outras infrações contra a flora da Amazônia aumentaram 219% em relação à média para o mesmo período nos quatro anos anteriores, segundo dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O número marca os 100 primeiros dias de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), neste que é o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em entrevista exclusiva à Agência Brasil, a ministra fez um balanço das principais ações da pasta. “O mundo mudou e nós estamos diante de uma realidade em que o Brasil pode fazer a diferença”, afirma.

Para ela, o compromisso do governo Lula com a agenda socioambiental é fundamental no processo de retomada das políticas públicas para o meio ambiente.

“A sociedade civil deu uma grande contribuição, assim como a comunidade científica, mas, ao fim e ao cabo, as deci-

sões são de natureza ética e política e, quando o governo assume a posição de não deixar continuar o genocídio contra a população yanomami, quando reassume o plano de combate ao desmatamento, quando a gente vê o Ibama voltando e aumentando multas em 219%, as apreensões em 133% e os embargos em 93%, isso é demonstração de que há um esforço republicano para desenvolver e proteger ao mesmo tempo.”

As apreensões citadas pela ministra dizem respeito a bens e produtos relacionados a infrações ambientais.

Planos e investimentos
“Dos dez decretos assinados no dia 1º de janeiro, cinco foram do Ministério do Meio Ambiente”, relembra a ministra. A volta do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) é uma das medidas apontadas por ela.

Criado em 2004, o plano foi desativado durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e

restituído por decreto em janeiro deste ano. O PPCDAm cria diretrizes para proteção da Floresta Amazônica e, atualmente, se encontra aberto a consulta pública no portal do MMA.

Marina também mencionou o fortalecimento da participação da sociedade civil no conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, responsável por apoiar projetos baseados no uso sustentável dos recursos naturais.

Outra medida que ela destaca é a retomada do Fundo Amazônia, responsável por captar doações para investimentos em combate ao desmatamento e promoção da sustentabilidade naquela região. Durante o governo Bolsonaro, o Fundo foi desativado e cerca de R\$ 3,2 bilhões ficaram paralisados.

De janeiro para cá, pelo menos seis países já manifestaram interesse em apoiar o Fundo, entre os quais a Alemanha, que se comprometeu a destinar 203 milhões.

Segundo a ministra, nos Estados Unidos existe um esforço

de captação na ordem de US\$ 150 milhões de dólares. As tratativas com a filantropia americana começaram em fevereiro deste ano, quando Marina acompanhou o presidente Lula em viagem a Washington.

Negociações
Para Marina Silva, o compromisso com o meio ambiente tem se expressado na prática pelo atual governo. A desintrusão da Terra Indígena (TI) Yanomami pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a revogação do Decreto nº 10.966/2022, que incentivava o garimpo ilegal, são exemplos citados pela ministra.

Ela também destaca os esforços da recém-criada Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle de Desmatamento, que envolve 19 ministérios. A proposta da comissão é que as pastas atuem de forma conjunta para reduzir os índices de desmatamento em todos os biomas brasileiros.

No Congresso, porém, a

oposição tem oferecido resistência à agenda socioambiental do governo. Parlamentares alinhados ao agronegócio apresentaram propostas que buscam reverter ou enfraquecer as mudanças empreendidas nesses 100 primeiros dias.

Entre as emendas apresentadas, estão diversas as que propõem a volta do Serviço Florestal e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Ministério da Agricultura, conforme organograma da gestão de Jair Bolsonaro. O atual governo defende que esses serviços devem estar ligados ao Ministério do Meio Ambiente, atendendo a uma reivindicação dos ambientalistas.

Dias futuros
Questionada sobre se aquele PT que empreendeu a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte não existe mais, Marina Silva diz que prefere olhar para o que o presidente Lula disse em Manaus, durante a última campanha presidencial. Na ocasião, o então candidato se comprometeu a priorizar

as energias limpas, renováveis e seguras. “Hoje ele reiterou tudo isso, que é o desmatamento zero, que é o compromisso com a mudança do clima, e disse que a Petrobras tem de ser cada vez mais uma empresa de geração de energia e não exploração de petróleo”, disse a ministra.

Em relação a políticas futuras, Marina Silva falou sobre incentivos para agricultura de baixo carbono por meio do Plano Safra, que redireciona recursos públicos a pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Ela também citou a criação do Pró-Floresta, para estimular a práticas extrativistas sustentáveis. “Vamos criar o Pró-Floresta para atender mais de 100 mil famílias de extrativistas que protegem as nossas florestas vivendo da pesca artesanal, da coleta da castanha, da extração da borracha, da coleta de resinas e oleaginosas, da coleta de mel silvestre... Eu falo isso e fico até emocionada, porque é o Brasil que volta para a economia do século 21”, conclui. (Agência Brasil)

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, defendeu a ampliação do comércio entre o Brasil e os países da América Latina, pois apenas 26% das transações são intrarregionais. “No mundo, embora globalizado, o comércio é tremendamente intrarregional”, disse, na quarta-feira (12), na abertura de evento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, em Brasília.

Segundo ele, o comércio de Estados Unidos, Canadá e México é 50% entre eles. Na União Europeia e na Ásia, esses números sobem para 60% e 70%. “Temos que começar pelos vizinhos, então, fazer um grande esforço comercial na região, que é para onde nós vendemos caminhão, automóveis, ônibus, autopeças, linha branca, produtos de valor agregado”, disse Alckmin.

Por isso, segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua participação internacional nesse terceiro mandato viajando para a Argentina e Uruguai. Na sequência, esteve nos Estados Unidos, que é o maior investidor no Brasil, e agora está na China com a expectativa que mais de 20 acordos sejam assinados com o país asiático.

Segundo Alckmin, o governo está otimista com a aprovação do arcabouço fiscal e, posteriormente, da reforma tributária para alavancar os investimentos no país. Para o vice-presidente, que também é o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Brasil teve uma desindustrialização precoce e preocupante mas, com as medidas, pode recuperar a competitividade.

Com o pacote de medidas fiscais, que ainda deve ser enviado ao Congresso, o governo busca garantir credibilidade e previsibilidade para a economia e para o financiamento dos serviços públicos como saúde, educação e segurança pública.

“A nova ancoragem fiscal é inteligente porque estabelece

rigor nos gastos públicos, a curva da dívida vai cair, e de outro lado ela é anticíclica, ou seja, quando a economia crescer muito forte você tem um teto de gasto e quanto tiver mais fraca você tem piso para ajudar a alavancar a atividade econômica”, explicou.

Ainda segundo Alckmin, o papel do crédito é importantíssimo nesse cenário e que deve ser impulsionado com a redução das taxas de juros a partir de melhora da expectativa com a política fiscal do país.

“Três coisas são impactantes: juros, imposto e câmbio. O câmbio está bom, só precisa estar estável, mas ele é competitivo. O imposto vai melhorar com a reforma tributária, não vai cair, mas vai simplificar e vai estimular a atividade produtiva. E o crédito, tenho confiança, que vamos entrar com ancoragem fiscal numa redução gradual da taxa Selic, proporcionando um crédito melhor, além de buscar outras formas de amparar o crédito, especialmente com os fundos garantidores”, disse Alckmin.

O presidente em exercício ressaltou que a desaceleração da inflação deverá impactar as decisões do Banco Central sobre a política monetária e o patamar da Selic, a taxa básica de juros. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apura a inflação oficial do país, atingiu 0,71% em março, desacelerando em relação a fevereiro, quando ficou em 0,84%, e atingindo o menor patamar desde janeiro de 2021.

“Queremos um desenvolvimento inclusivo com sustentabilidade e estabilidade. E a inflação não é socialmente neutra, ela tira do mais pobre e passa para o mais rico. Então, a queda da inflação é muito importante e ajudará na política monetária, que é a redução do custo do dinheiro, um fator fundamental para atividade econômica”, disse. (Agência Brasil)

Região Metropolitana de Curitiba registra 2ª menor inflação do Brasil nos últimos 12 meses

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi a segunda mais baixa entre 16 regiões metropolitanas brasileiras no acumulado dos últimos 12 meses. O índice ficou em 3,12% na Capital e municípios vizinhos, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado na terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação registrada na RMC ficou abaixo da média nacional, que foi de 4,65% no mesmo período. A única capital que registrou índice menor do que o apontado em Curitiba entre abril de 2022 e março de 2023 foi Goiânia, com variação de 3,08% em 12 meses. O IPCA mede a variação de preços nas regiões metropolitanas de 16 estados brasileiros.

Além do índice geral, a RMC registrou oscilações menores do que a média brasileira nos principais setores da economia. Enquanto o IPCA de alimentos

e bebidas subiu 7,2% no Brasil nos últimos 12 meses, na RMC essa variação foi de 6,7%. A alimentação fora de casa ficou 8% mais cara em média no País, enquanto na RMC a média foi menor que 5%.

As taxas de água e esgoto registraram aumento médio nacional de 10%, o dobro do que os 5% apontados pelo IBGE para Curitiba e Região Metropolitana. O preço das roupas também subiu o dobro no Brasil comparativamente à capital paranaense, com variação de 14% e 7,3%, respectivamente.

O diretor de Estatística do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), Daniel Nojima, explicou que no período mais agudo de inflação, até meados do ano passado, outros fatores impactaram na alta dos preços. “A Região Metropolitana de Curitiba sofreu mais severamente todo o contexto de crise energética, estiagem e custos de in-

sumos, incluindo os de origem internacional”, disse.

“Mais recentemente, ao longo do compasso moderado de expansão econômica nacional, a economia da RMC, em particular, sinaliza apresentar maior capacidade e margens para administrar custos”, ressaltou Nojima. “Um exemplo vem da área de alimentos, com a expressiva alta de safra agrícola. A estrutura de serviços públicos da região, notadamente em água e esgoto e energia elétrica, também refletem nessa queda”.

Ainda segundo o IBGE, a Região Metropolitana de Curitiba registrou deflação (redução no preço) em diversos setores. Os combustíveis tiveram redução de 20% na RMC, ante queda de 10% no País. A energia elétrica residencial caiu 29% na RMC, enquanto que no Brasil a retração foi de 16%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, fe-

chou 2022 em 5,26% em Curitiba, bem abaixo do acumulado em 2021, medido em 12,73%. O IPCA acumulado no ano passado na capital paranaense também foi menor do que a média nacional, de 5,79%.

A variação nos preços dos produtos medidos pelo IPCA na Região Metropolitana de Curitiba segue uma tendência de redução também verificada em outros municípios paranaenses. O Iparades divulgou na terça-feira uma queda de 0,04% no Índice de Preços Regional do Paraná – Alimentos e Bebidas (IPR), que mede o preço dos principais produtos da cesta nos seis maiores municípios paranaenses. A queda do IPR em março decorreu de reduções de preços em três municípios: Cascavel (-0,48%), Curitiba (-0,44%) e Maringá (-0,09%), que foram contrabalançadas por altas em Foz do Iguaçu (0,56%), Londrina (0,12%) e Ponta Grossa (0,07%). (AENPR)

MPF cobra órgãos de segurança após morte de agricultor no sul do Pará

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará solicitou a órgãos da segurança pública do estado informações sobre o assassinato do agricultor Lindomar Dias de Souza, ocorrido na segunda-feira (10), em São Félix do Xingu, no sul do estado, a mil quilômetros da capital.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o trabalhador foi morto por pistoleiros durante a madrugada, na Ocupação Divino Pai Eterno, palco de conflitos há cerca de 15 anos. O complexo fica em uma área da União. De acordo com a CPT, o que se sabe é que a emboscada ocorreu depois que a vítima e outros moradores tentaram recuperar duas casas tomadas por pistoleiros há alguns meses. Uma das residências era de Souza.

Com a chegada do grupo de

moradores, os pistoleiros fugiram, deixando duas motocicletas. Em seguida, Souza saiu, também de motocicleta, em direção à Vila da Lindoeste, transitando pela Vicinal do Toinzinho, quando foi atingido por armas de fogo. A Pastoral não informou quantos tiros foram disparados. Após ouvir os disparos, dois trabalhadores rurais se esconderam na mata.

Este foi o sétimo assassinato no contexto do conflito, informou a CPT. Segundo a Pastoral, inúmeras denúncias já tinham sido feitas e são necessárias providências das autoridades da área de segurança. “Até o presente momento, os crimes contra a vida destes trabalhadores não foram solucionados pela polícia”, disse a CPT, ao alertar que a situação pode se agravar,

pois as famílias continuam na casa reocupada, perto do local do crime, e estão vulneráveis a ações de pistoleiros.

O Ministério Público Federal ressaltou que grileiros tentam expulsar os moradores dessas terras desde 2020 e diz que questionou a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social sobre o andamento das investigações sobre os homicídios e se houve deslocamento de efetivo ao local.

“Em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [Incra] e com a União, o MPF move, na Justiça Federal, ação contra diversos grileiros que tentam tomar a área. Segundo o Incra, na região do complexo, não teria ocorrido qualquer deslocamento da gleba federal ou regularização fundiária em nome dos grileiros

e, portanto, é um imóvel rural de domínio público federal”, destaca o MPF.

A Agência Brasil entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública e aguarda pronunciamento da pasta se pronunciar sobre o assunto.

Operação Curupira
No município de São Félix do Xingu, existe ainda invasão de garimpeiros. Há uma semana, as secretarias de Segurança e de Meio Ambiente e Sustentabilidade iniciaram a Operação Curupira, para desarticular garimpos ilegais em uma área próxima à vila de Canopus.
As equipes, que estão na região desde meados de fevereiro, desativaram quatro pontos de garimpeiros e acampamentos. (Agência Brasil)

Governo reconhece emergência em 14 municípios do Maranhão

O Diário Oficial da União da quarta-feira (12) publicou portarias da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil que reconhecem situação de emergência em 14 municípios do Maranhão afetados pelas chuvas.

Na Portaria nº Nº 1.416, estão as cidades Açailândia, Bacabal, Cantanhede, Joselândia, Marajá do Sena, Nina Rodrigues, Olinda Nova do Maranhão, Presidente Vargas,

Rosário, São Vicente Ferrer, Tufilândia e Tutóia. Em outra portaria, a de nº 1.415, estão os municípios maranhenses de Santa Luzia e Vitória do Mearim.

Com o reconhecimento da situação de emergência ou de calamidade pública, que é um caso mais grave, os municípios afetados podem receber verbas federais por meio do Ministério da Integração e do Desenvol-

vimento Regional.

No domingo (9) passado, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobrevoou áreas inundadas na região de Trizidela do Vale e Pedreira e visitou um abrigo em Bacabal.

A visita também foi acompanhada dos ministros da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino; e do ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta;

além de parlamentares maranhenses e prefeitos de cidades atingidas.

Na semana passada, um decreto de emergência do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, repassou o valor de R\$ 3,8 milhões para ajuda aos municípios. Até o momento, o Governo Federal aprovou mais de R\$ 12 milhões para auxílio. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

